



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

B

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 126/2014  
(Autoria do Deputado Anibelli Neto)**

Instituição do pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográfica e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

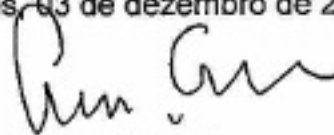
**Art. 1º** Institui o pagamento da meia entrada em todos os locais de espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas, eventos esportivos, de lazer, entretenimento e demais manifestações culturais no Estado do Paraná aos portadores de câncer.

**Art. 2º** A meia entrada deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado.

**Art. 3º** O Pde Executivo poderá regulamentar a presente Lei, estabelecendo as formalidades do documento que identifique o portador da doença e as sanções pelo descumprimento da norma.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2014.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator  
Edno Lupatini



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 149/2014**  
**(Autoria do Deputado Enio Verri)**

Concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado  
do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.

**Art. 1º** Concede o Título de Cidadão Benemérito do  
Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2014.

Alexandre Curi  
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 364/2014**  
**(Autoria do Deputado Ney Leprevost)**

Denominação de intersecção no Município  
de Pinhais.

**Art. 1º** Denomina Frei Ovídio Zanini a intersecção na  
Rodovia Deputado Leopoldo Jacomel com a Avenida Camilo Di  
Lellis, no Município de Pinhais.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2014.

Alexandre Curi  
Presidente

Relator

Deputado Ney Leprevost



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

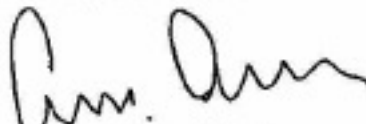
**Redação Final ao Projeto de Lei nº 480/2014**  
**(Autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho)**


Concessão do Título de Cidadão  
Benemérito do Estado do Paraná ao  
Senhor Sérgio Fernando Moro.


**Art. 1º** Concede o Título de Cidadão Benemérito do  
Estado do Paraná ao Senhor Sérgio Fernando Moro.

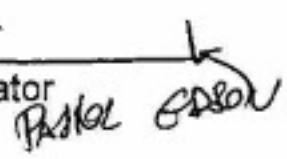
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

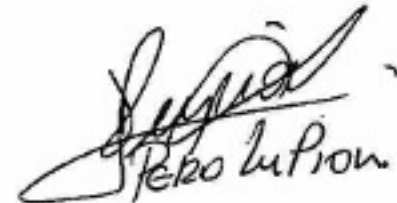
Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2014.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Plauto Miró Guimarães Filho

  
Relator

  
Pastor Edison

  
Sérgio Fernando Moro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

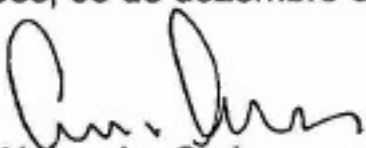
### Redação Final ao Projeto de Lei nº 481/2014 (Autoria do Deputado Péricles de Mello)



Concessão de Título de Utilidade Pública à Fundação Assistencial de Defesa da Dignidade Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

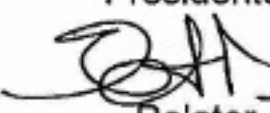
**Art. 1º** Concede Título de Utilidade Pública à Fundação Assistencial de Defesa da Dignidade Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

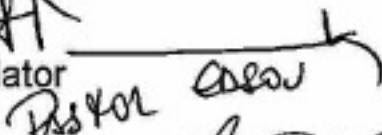
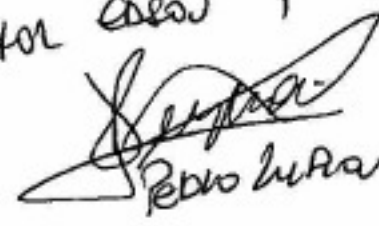
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2014.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator

~~PROJETO DE LEI~~ 535/12

**SÚMULA:** Transfere o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguairinha, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências

**Art. 1º** Fica o Município de Honório Serpa transferido da Comarca de Manguairinha, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

*"Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:*

*(...)*

*XII – Honório Serpa - da Comarca de Manguairinha para a Comarca de Coronel Vivida."*

**Art. 3º** Ficam alterados os Anexos III, Tabela 2, e IV da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolo sob nº 382.723/2011-PJPR, tem por finalidade transferir o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguueirinha (65ª Seção Judiciária), de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vívda (65ª Seção Judiciária), de entrância inicial, visando a readequação da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, pretende-se a reestruturação das comarcas de Manguueirinha e Coronel Vívda, ambas de entrância inicial, de forma a atender anseio da população local que terá facilitado o acesso ao Poder Judiciário.

A transferência proposta trará evidente comodidade à população local, visto que o Município de Honório Serpa está localizado a 72 (setenta e dois) quilômetros de Manguueirinha, enquanto a distância de Honório Serpa para o Município de Coronel Vívda é de apenas 28 (vinte e oito) quilômetros.

Ressalta-se, ainda, que inúmeros serviços públicos atualmente à disposição dos moradores de Honório Serpa, tais como Agência do INSS, Receita Estadual, rede médica hospitalar, são disponibilizados no Município de Coronel Vívda, o que torna a transferência ainda mais necessária.

A transferência do Município de Honório Serpa da Comarca de Manguueirinha para a Comarca de Coronel Vívda foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias no dia 13 de agosto de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 24 de setembro último passado.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2**

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Municipal	Nº	Serviço Distrital Não Municipal
42	Coronel Vivida		Coronel Vivida		
			Honório Serpa		
75	Mangueirinha		Mangueirinha		

K



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV**

...
<b>CORONEL VIVIDA - Comarca de Entrância Inicial</b>
<b>FORO JUDICIAL</b>
Juizo Único
Juizado Especial Cível e Criminal
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
<b>FORO EXTRAJUDICIAL</b>
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
<b>SERVIÇO DISTRITAL</b>
Serviço distrital de Honório Serpa
...
<b>MANQUEIRINHA - Comarca de Entrância Inicial</b>
<b>FORO JUDICIAL</b>
Juizo Único
Juizado Especial Cível e Criminal
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
<b>FORO EXTRAJUDICIAL</b>
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
...

*[Handwritten signature]*





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 16 de outubro de 2012.  
Of. nº 1.414/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em 22/10/2012



Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 OUT. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência do Município de Honório Serpa da Comarca de Manguueirinha, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 535/12**

**Projeto de Lei nº. 535/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Transfere o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguaerinha, para a Comarca de Coronel Vivida, alterando a Lei n.º. 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

**EMENTA: TRANSFERE O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA DA COMARCA DE MAGUEIRINHA DE ENTRÂNCIA INICIAL, PARA A COMARCA DE CORONEL VIVIDA, DE ENTRÂNCIA INICIAL. ALTERA A LEI N.º. 14.277/2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa transferir o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguaerinha, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de Entrância inicial, alterando a Lei n.º. 14.277/2003.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL

Fis. 12

5

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente, temos a competência privativa dos Tribunais para legislar sobre a matéria, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

- a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;**
- b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;**
- c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



- d) propor a criação de novas varas judiciárias;
- e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;
- f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto do projeto em tela. Vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
13. 14  
5

No que se refere ao impacto financeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça esclarece que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2012.

**Deputado Nelson Justus**  
**Presidente**

**Deputado Ademar Tolano**  
**Relator**

**APROVADO**

unanimemente 06/11/12  
Bj



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 535/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1414/2012, que objetiva transferir o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguinhos, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstaculizar a normal tramitação processual legislativa da proposta em tela.

De igual modo, deve-se salientar que a presente proposta, conforme justificativa do próprio autor, não trará nenhum aumento de despesa, uma vez que apenas e tão somente fará a transferência de Jurisdição, razão pela qual torna-se desnecessário a apresentação do impacto financeiro.

Constata-se também, que a iniciativa de leis dessa natureza é de competência do Presidente do Tribunal de Justiça, consoante o que preceitua o art. 65 da Constituição do Estado do Paraná.

  1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DL  
3. 17  
8


Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, apresentando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/11/12

  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMIR BIER**  
**RELATOR**




REQUERIMENTO



Requer Regime de Urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei nº 535/2012.

Senhor Presidente, o deputado abaixo assinado requer, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei nº 535/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

  
Nereu Moura  
Deputado Estadual



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 25 de novembro de 2014.  
Of. nº 1.484/2014-GP

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

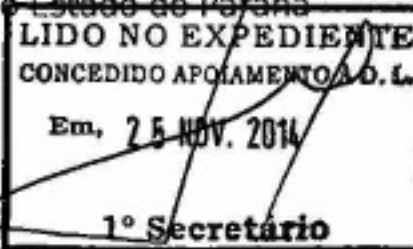
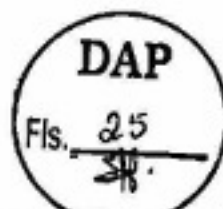
Senhor Presidente:

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 25/11/2014

Presidente



Por meio do Ofício nº 1.414/12-GP, datado de 16 de outubro de 2012, foi encaminhado à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei que propõe a transferência do Município de Honório Serpa da Comarca de Mangueirinha, de entrância inicial, para a Comarca de Coronel Vivida, de entrância inicial, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

A proposição deu origem ao Projeto de Lei nº 535/2012, em tramitação nessa colenda Casa de Leis.

Ocorre que em data posterior ao encaminhamento desta proposição, novas alterações da Lei 14.277, de 2003 foram elaboradas e encaminhadas a esse Poder Legislativo, o que culminou com a inclusão dos incisos XII e XIII em seu artigo 288, promovidas respectivamente pelas Leis nº 17.434 de 20/12/2012 e nº 17.825 de 13/12/2013.

Por isso, a proposição constante no artigo 2º do Projeto de Lei nº 535/2012 carece de alteração, pois atualmente o inciso a ser inserido no artigo 288 é o XIV e não mais o XII, conforme constou.

Diante disso, considerando a necessidade de adequação do inciso inserido no artigo 288 da Lei 14.277, de 2003, encaminho a Vossa Excelência a presente Emenda Modificativa do Projeto de Lei nº 535/2012.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador GUILHERME LUIZ GOMES  
Presidente do Tribunal de Justiça

1/ 08/508 14:46 08/508 1/1 25-NOV-2014 14:46 08/508 1/1  
REP. ROSSONI LEGISLATIVO DO PARANÁ

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 535/2012

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o art. 2º do Projeto de Lei nº 535/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XIV, com a seguinte redação:

*Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos  
Judiciários:*

*(...)*

*XIV – Honório Serpa - da Comarca de Manguairinha para a  
Comarca de Coronel Vivida."*

Curitiba, em 25 de novembro de 2014.

  
Desembargador GUILHERME LUIZ GOMES  
Presidente do Tribunal de Justiça

### JUSTIFICATIVA

Apresenta-se a presente emenda tendo em vista que a alteração sugerida no art. 2º do Projeto de Lei nº 535/2012 não encontra consonância com as Leis nº 17.434 de 20/12/2012 e nº 17.825 de 13/12/2013, que inseriram os incisos XII e XIII no artigo 288 da Lei 14.277, de 2003. Portanto, a fim de que a proposição seja adequada à atual redação do Código de Organização e Divisão Judiciárias, propõe-se a inclusão do inciso XIV no artigo 288, e não mais do inciso XII.

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Exibir Ato

 [Página para Impressão](#) [Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) 

Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 14925 de 24/11/2005) (vide Lei 17210 de 02/07/2012) (vide Lei 17395 de 10/12/2012) (vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 17252 de 31/07/2012) (vide Lei 17222 de 09/07/2012) (vide Lei 18289 de 04/11/2014) (vide Lei 18290 de 04/11/2014)

**Súmula:** Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 278.** Na Comarca de entrância final de Guarapuava e no Foro Regional de São José dos Pinhais ficam criadas três (3) Unidades Administrativas de Juizado Especial, duas Cíveis e uma Criminal, todas com um (1) cargo de Juiz de Direito.

**Art. 279.** Nas comarcas de entrância final de Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Região Metropolitana de Londrina e Região Metropolitana de Maringá, fica criada mais uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível, todas com um (1) cargo de Juiz de Direito.  
(Redação dada pela Lei 17210 de 02/07/2012)

**Art. 280.** Nas Comarcas de entrância Intermediária de Cornélio Procopio, Guaíra, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Marechal Cândido Rondon e Rolândia, fica criada uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível e Criminal.

**Art. 281.** Nas comarcas de entrância final, intermediária e inicial, ficam criados cargos de Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, conforme os anexos VII e IX, tabela 8.

**Art. 282.** Ficam criadas as Seções Judiciárias, com sede nas Comarcas de Goioerê, Palmas, Pitanga e Sarandi.

**Art. 284.** Nas Seções Judiciárias com sede nas Comarcas de Arapongas, Campo Mourão e Paranaguá haverá dois (2) Juizes Substitutos, cuja competência será fixada por resolução.  
(Redação dada pela Lei 17210 de 02/07/2012)

**Art. 285.** A Comarca de entrância final de Cascavel contará com três (3) seções judiciárias e a Comarca de Guarapuava contará com duas (2) seções judiciárias, com a competência estabelecida no anexo II.

**Art. 286.** Ficam criados serviços de Registros e Tabelionatos do Foro Extrajudicial, conforme o contido no anexo IV.

**Art. 287.** Fica criado o Distrito Judiciário de Ferraria, no Foro Regional de Campo Largo, com delimitação territorial a ser estabelecida por lei de iniciativa do Poder Judiciário.



**Art. 288.** Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

**I** - Antonio Olinto - da Comarca da Lapa para a Comarca de São Mateus do Sul;

**II** - Villa Alta, Ivaté e Herculândia - da Comarca de Umuarama para a Comarca de Icaraíma;

**III** - Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé - da Comarca de Toledo para a Comarca de Marechal Cândido Rondon;

**IV** - Gualraça - da Comarca de Paranaíba para a Comarca de Terra Rica;

**V** - Rondon da Comarca de Cidade Gaúcha para a Comarca de Paraisópolis  
do Norte;  
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

**VI** - Nova Esperança do Sudoeste - da Comarca de Francisco Beltrão para a Comarca de Salto do Lontra;

**VII** - Alvorada do Sul - da Comarca de Bela Vista do Paraíso  
para a Comarca de Primeiro de Maio;  
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

**VIII** - Quintandinha - da Comarca de Rio Negro para a Comarca  
da Fazenda Rio Grande;  
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

**IX** - Diamante do Oeste - da Comarca de Matelândia para a  
Comarca de Santa Helena.  
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

**X** - Manfrinópolis - da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão.  
(Incluído pela Lei 17111 de 17/04/2012)

**XI** - Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final.  
(Incluído pela Lei 17248 de 31/07/2012)

**XII** - Bela Vista da Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampére.  
(Incluído pela Lei 17434 de 20/12/2012)

**XIII** - Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, para a Comarca de Astorga.  
(Incluído pela Lei 17825 de 13/12/2013)

**Art. 289.** Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jardinópolis, ambos da Comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

**Art. 290.** Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

**Art. 291.** Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

**Art. 292.** Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

**Art. 293.** A competência da execução penal e corregedoria dos presídios será fixada por resolução.  
(Redação dada pela Lei 17136 de 02/05/2012)

**Art. 293.** A competência da execução penal e corregedoria dos presídios será fixada por resolução.

**Art. 294.** No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivania do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivania de Adolescentes Infratores, e a Escrivania do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios em Escrivania da Vara da Corregedoria dos Presídios.

~~**Art. 295.** Fica criado na Comarca de Foz de Iguaçu, o 2º Tabelionato de Protesto de Título.  
(Revogado pela Lei 17473 de 02/01/2013)~~

**Art. 296.** Os ocupantes do cargo de Psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas, criado por esta Lei, terão seus vencimentos fixados ao nível E3.

**Art. 297.** Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta Lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrância final - nível A3; na entrância intermediária - nível A2 e na entrância inicial - nível A1.

**Art. 298.** Aos atuais Juízes Substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção pelas Seções Judiciárias criadas nos dez (10) dias seguintes à vigência deste Código.

**Art. 299.** O agente delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:  
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

DAP

Fls. 29  
81



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER A EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 535/2012**

Projeto de Lei nº 535/2012  
Emenda Modificativa

**Súmula:** Transfere o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguueirinha, para a Comarca de Coronel Vivida, alterando a Lei nº. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

**EMENTA:** EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §4º, E 141, §3º, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade transferir o Município de Honório Serpa da Comarca de Manguueirinha, para a Comarca de Coronel Vivida, alterando a Lei nº. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Ocorre que, em data de 25 de novembro de 2014, através do Ofício nº. 1.484/2014-GP, o Tribunal de Justiça do Estado encaminhou *Emenda Modificativa* a fim de alterar o art. 2º do presente Projeto de Lei. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões. (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, verifica-se que foi respeitado o §3º do artigo 141 do Regimento Interno desta casa de Leis, uma vez que o Tribunal de Justiça propôs alterações ao projeto de sua iniciativa.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda ora analisada está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

### CONCLUSÃO


Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como se verifica a consonância com os artigos 137 e 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Modificativa** proposta pelo Tribunal de Justiça.

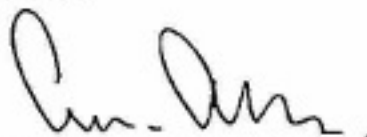


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR







**APROVADO**  
03/12/2014



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

 **PROJETO DE LEI** 462/14

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2016."

**Art. 2º** Autoriza as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 10/11/2014

Presidente



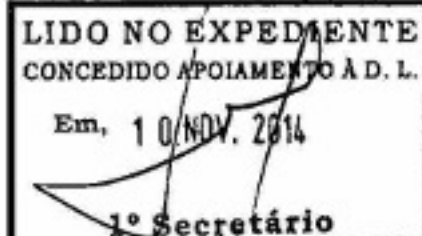
**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## MENSAGEM

Nº 112/2014

Curitiba, 04 de novembro de 2014



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, conforme especifica.

A Lei nº 16.372, de 2009, estabeleceu o quantitativo para a regularização de cargos em comissão destinados a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

A referida Lei não contemplou minimamente as estruturas necessárias para a manutenção das atividades desenvolvidas pelas Universidades e sequer considerou a necessidade de estrutura administrativa para os Hospitais Universitários.

Através da Lei nº 17.894, de 2013, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2014 a atual situação praticada pelas IEES quanto aos quantitativos, nomenclaturas e valores para os cargos comissionados e funções gratificadas.

No Protocolado nº 11.112.226-1, ora em trâmite neste Poder Executivo, contém uma proposta de adequação das necessidades estruturais visando o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando as estruturas dos Hospitais Universitários (que não foram contemplados na Lei nº 16.372, de 2009) e da UNESPAR, esta recentemente credenciada como Universidade, com Reitoria na cidade de Paranavaí.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.388.694-0



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Os valores pagos em função dos cargos acadêmicos das estruturas administrativas das Universidades estão congelados há vários anos e a citada proposta em trâmite prevê a expansão dos cargos, bem como a atualização de seus respectivos valores, o que implicará aumento de custos.

Considerando as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) ao Estado do Paraná, no atual contexto, proponho o presente Anteprojeto de Lei visando a prorrogação, até 31 de dezembro de 2016, do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até a aprovação da nova lei.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

## CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 16372 - 30 de Dezembro de 2009

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8129 de 30 de Dezembro de 2009

(vide Lei 17068 de 23/01/2012)

**Súmula:** Estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

**§ 1º.** Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

**§ 2º.** Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

**I** - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

**II** - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

**III** - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

**Art. 2º.** A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do Anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

**Parágrafo único.** Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

**Art. 3º.** Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia Intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

**§ 1º.** As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

**§ 2º.** As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções

Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

**§ 3º.** O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

**§ 4º.** É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

**Art. 4º.** A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas extras.

**Art. 5º.** Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

**Art. 6º.** As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo único.** O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.

(Incluído pela Lei 17068 de 23/01/2012)

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – AEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2010.~~

~~(Redação dada pela Lei 16478 de 26/04/2010)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2011.~~

~~(Redação dada pela Lei 16664 de 14/12/2010)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.~~

~~(Redação dada pela Lei 17068 de 23/01/2012)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.~~

~~(Redação dada pela Lei 17894 de 27/12/2013)~~

**Parágrafo único.** Os atuais cargos a que se refere o "caput" deste artigo, não implicarão em despesas orçamentárias adicionais.

(Incluído pela Lei 16664 de 14/12/2010)

**Art. 8º.** Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

**Art. 9º.** A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

**Art. 10.** Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

**Art. 11.** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes



orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta lei.

**Art. 12.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2009.



*Roberto Requião*  
Governador do Estado

*Lygia Lumina Pupatto*  
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Maria Cecília Michelotto Centa do Amaral*  
Chefe da Casa Civil, em exercício

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo53393_18881.pdf



© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17068 - 23 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8636 de 23 de Janeiro de 2012

**Súmula:** Altera o art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º. Altera o art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, bem como revoga o parágrafo único deste artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:~~

~~“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.”~~

**Art. 1º.** Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2013.

(Redação dada pela Lei 17204 de 29/06/2012)

**Art. 2º.** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 3º.** Acresce parágrafo único ao art. 6º, da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.”

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Alípio Santos Leal Neto  
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 11.228.277-7

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)[Exibir Ato](#)[Página para Impressão](#)

Lei 17204 - 29 de Junho de 2012

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)Publicado no Diário Oficial nº. 8744 de 29 de Junho de 2012**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372/09, alterado pela Lei nº 17.068/12.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pela Lei nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:**Art. 7º** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2013."**Art. 2º** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de junho de 2012.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado*Alípio Santos Leal Neto*  
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*Jorge Sebastião de Bem*  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência*Loriane Leislí Azeredo*  
Diretora Geral da CASA CIVIL

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)**Exibir Ato** [Página para impressão](#)

Lei 17894 - 27 de Dezembro de 2013

**Alterado** [Compilado](#) [Original](#) Publicado no Diário Oficial nº. 9113 de 27 de Dezembro de 2013**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as sim - bologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.”

**Art. 2º.** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários a o cumprimento desta Lei.**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de dezembro de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado*João Carlos Gomes*  
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior *Cassio Taniguchi*  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*Jozélia Nogueira*  
Secretária de Estado da Fazenda*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo*Reinhold Stephanes*  
Chefe da Casa Civil

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014**

**Projeto de Lei nº. 462/2014**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 112/14**

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 e dezembro de 2013.

**EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 7º DA LEI Nº. 16.372, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009, ALTERADO PELAS LEIS Nº. S 17.068, DE 23 DE JANEIRO DE 2012, 17.204, DE 29 DE JUNHO DE 2012 E 17.894, DE 27 E DEZEMBRO DE 2013. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 112/2014, tem por finalidade apresentar nova redação ao art. 7º da lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 e dezembro de 2013.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, a Constituição do Estado aborda como **tema de competência privativa do Governador do Estado** leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

**I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**  
**VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**

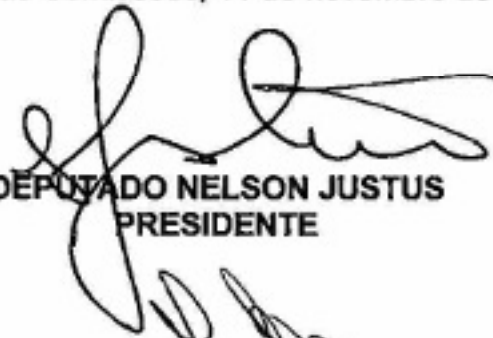
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.


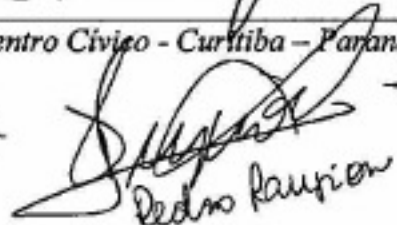
Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

11.11.14

  
  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 112/2014, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, tendo sido aprovado, em virtude de sua constitucionalidade.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que, conforme justifica o autor, a proposta visa extinguir em 31 de dezembro de 2016, os cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

De igual modo, o autor informa que as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, deverão promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das IEES, para o devido cumprimento desta proposta.

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 65, 66, inciso I e 87, inciso VI, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado, de propor matérias dessa natureza.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



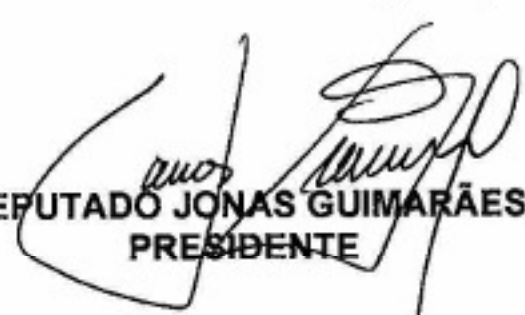
Convém salientar ainda que, conforme as restrições impostas pela Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta visa apenas a prorrogação do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas conforme já explicitado.

**CONCLUSÃO**

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/11/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WILSON QUINTERO  
RELATOR

  
Dez. Waldemar

  
Dez. Elcio

  
Dez. Elcio<sub>2</sub>



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014**

Projeto de Lei nº. 462/14

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 112/2014

Súmula: Mensagem Nº 112/2014 – Dá Nova redação ao Art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de Dezembro de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068 de 2012, 17.204, de 2012 e 17.894, de 2013.

**EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. EXTIÇÕES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS IEES. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**RELATÓRIO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o art 7º da Lei nº 16.372, de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, prorrogando para 31 de dezembro de 2016, o prazo para a extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia e ensino superior, em consonância ao disposto no artigo 33 – T. III, do



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior



Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Conforme justificativa na mensagem do Executivo, a prorrogação se faz necessário para que o protocolo sob nº 11.112.226-1, que tramita no Governo do Estado visando desenvolver uma lei com as alterações de cargos necessários ao efetivo atendimento dos objetivos das IEES, respeitando as especificações de suas estruturas e fixando um quantitativo de cargos a serem preenchidos de acordo com as demandas geradas em cada instituição.

Entendemos que cada sede que compõem as IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), possui uma peculiaridade e uma necessidade a se atendida, e que a proposta é anterior as alterações mais recentes que houve no decorrer do ano, para citar a alteração das instituições integrantes da UNESPAR, e instalação da sede na cidade de Paranavaí.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando a fundamental importância do presente projeto, opinamos por sua **APROVAÇÃO**.

Jonas Guimarães  
RELATOR

Teruo Kato  
PRESIDENTE

Dep. Elis

Dep. Kato

Dep. Pastor

Dep. Rêgo

Dep. Reis



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal  
Gabinete do Deputado Tercilio Turini



Emenda de Plenário nº	05
DAP	28 NOV 2014
Visto	<i>Claudia</i>

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 462/2014**

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para inserir o artigo 3º, 4º, 5º e 6º, ao Projeto de Lei nº 462/2014, ficando renumerados os demais artigos, com a seguinte redação:

**Art. 3º** O art. 6º da Lei nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 14.825, de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 6º.** Fica instituída a Gratificação de Plantão ao Docente – GPD, a ser paga ao Professor de Ensino Superior das IES que atua em Escala de Plantões nas especialidades de Farmacêutico, Farmacêutico-Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico, Médico Veterinário, Fisioterapeuta e Enfermeiro.”

**Art. 4º.** O § 1º do artigo 6º da Lei nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 14.825, de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A vantagem referida no *caput* deste artigo será mantida nos casos de licença remunerada, afastamentos previstos nos incisos I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII, e XVIII, do art. 128 da Lei 6.174, de 20 de novembro de 1970 e licença especial remuneratória, prevista na Lei Estadual 14.502, de 22 de setembro de 2004, sendo que o cálculo para concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício.”




Art. 5º. O § 4º do artigo 6º da Lei nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 14.825, de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:




§ 4º Fica limitado a 144 (cento e quarenta e quatro) horas o total de plantões mensais, observado o disposto no § 3º. deste artigo.

Art. 6º Fica suprimido o § 5º, do art. 6º da Lei nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 14.825, de 13 de setembro de 2005.

Sala das Sessões em 25 de novembro de 2014.



TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual





#### Justificativa

A Gratificação de Plantão ao Docente – GPD foi instituída pela Lei Estadual nº 14.825/2005, que substituiu a Gratificação por Plantão ao Professor de Ensino Superior, instituída pela Lei Estadual 12457/1999, ao docente que realizar plantões nas especialidades de Farmacêutico, Farmacêutico-Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico, Médico Veterinário, Fisioterapeuta e Enfermeiro.

A instituição desta vantagem ao servidor Docente veio ao encontro da atual realidade das Unidades de Saúde que prestam os serviços executados por estes profissionais, ou seja, em horário ininterrupto de 24 horas. Vale dizer, o atendimento ininterrupto, prestado nos estabelecimentos hospitalares, não pode prescindir dos regimes de plantões, sob pena de comprometer gravemente a assistência à saúde da população usuária, mormente nas situações de urgência e emergência, muito comuns nos estabelecimentos de alta complexidade, como é o caso dos Hospitais Universitários das IEES.

Ocorre que o Legislador não havia previnido a possibilidade de manutenção desta vantagem nas hipóteses de afastamentos legais, tal como nas hipóteses previstas no próprio Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 6.174/70), que assim prescreveu:

Art. 181. As gratificações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do art. 172, serão mantidas nos casos de afastamentos previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII, do art. 128, sendo que, nos casos de gratificações pela prestação de serviço extraordinário, ou em regime de tempo integral de dedicação exclusiva, o cálculo para concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício. (grifo nosso)

Extraí-se da referida norma, que nas hipóteses de afastamentos, as vantagens nela mencionadas são mantidas com base na média variável dos valores percebidos ao longo dos últimos doze meses. Assim, seguindo a mesma metodologia, as IEES vinham adotando a média variável também para os valores recebidos a título de Gratificação de Plantão ao Docente (GPD), como forma de cálculo para o pagamento dessa vantagem ao profissional que se encontrava em gozo de afastamentos legais.

Todavia, a falta de previsão legal expressa motivou a 5ª Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná a expedir recomendação administrativa às IEES, no sentido de que fossem suspensas as médias variáveis atualmente pagas pelas IEES aos Docentes Plantonistas, por ocasião de seus afastamentos legais, ao argumento de que falta expressa previsão legal para este procedimento.

No entanto, cumpre ressaltar que os afastamentos legais citados pela Lei nº 6.174/70 são considerados como de "efetivo exercício", consoante norma inserta em seu art. 128, *verbis*:

Art. 128 - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I - férias;
- II - casamento, até oito dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;
- (...)
- VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- (...)
- XI - licença especial;
- XII - licença para tratamento de saúde;
- XIII - licença a funcionário que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional, na forma dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, deste artigo;
- XIV - Licença maternidade, inclusive para fins de estágio probatório, salvo se houver disposição contrária em lei específica de carreira;
- XV - faltas até o máximo de três durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar;
- (...)
- XVIII - licença compulsória; (*grifo nosso*)

Deflui-se, portanto, que a manutenção da Gratificação de Plantão ao Docente (GPD) inclusive durante os períodos de afastamentos legais, com base nas médias variáveis percebidas, em que pese não estar expressamente prevista na redação original da Lei Estadual nº 14.825/2005, decorria da interpretação sistêmica do ordenamento jurídico, posto que tanto a Constituição Estadual, como o próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná, mantém a lógica quanto à preservação da remuneração do servidor por ocasião de seus afastamentos. Cita-se, como exemplo, os dispositivos que referem-se a Licença Maternidade e a Licença para Tratamento de Saúde, respectivamente:

Constituição do Estado do Paraná:

Art. 34. São direitos dos servidores públicos, entre outros:

XI. Licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou emprego e dos vencimentos ou subsídios, com a duração de cento e vinte dias. *(grifo nosso)*

Lei nº 6.174/70:

Art. 227 - Licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições, ou doença profissional o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo. *(grifo nosso)*

Vê-se, portanto, que há no ordenamento legal paranaense uma lógica quanto à proteção dos valores relativos à remuneração do servidor público quando dos afastamentos considerados de "efetivo exercício". Não seria coerente, portanto, não prevê-la apenas para a Gratificação de Plantão Docente (GPD). Porém, infelizmente foi isso o que aconteceu com a Lei nº 14.825/2005, o que impõe a necessidade de sua alteração, a fim de regularizar uma prática historicamente adotada no âmbito das IEES.

Para tanto, a alteração que ora se propõe, na forma do texto transcrito no presente Projeto de Lei, permitirá que seja mantida a lógica da política remuneratória comumente adotada no âmbito do funcionalismo público, qual seja, proteger a estrutura remuneratória do servidor, inclusive durante seus afastamentos legais, considerados como de "efetivo exercício", dessa forma, dando o mesmo tratamento que é adotado para as outras vantagens.

Na realidade, mais do que uma atividade didático-pedagógica, os plantões docentes são uma atividade de atendimento e assistência à saúde, previamente programada para os docentes das especialidades definidas pela Lei, sendo vital para a garantia da estabilidade e do funcionamento dos serviços de saúde, os quais devem e são prestados de forma ininterrupta.

Não é por outro motivo que, para viabilização desses Plantões, faz-se necessário o estabelecimento de escalas, ou seja, os plantões são feitos de forma programada, o que vincula o Docente à sua efetiva realização. Vale dizer, o plantão docente não é uma prática que se faz de forma aleatória ou "avulsa", realizada casualmente ao sabor da vontade do profissional. Ao revés, trata-se de uma atividade sistematizada, feita dentro de uma programação pré-estabelecida, por esta razão, impondo-se sobre o docente escalado a necessidade de sua realização. Nesta concepção, o plantão se constitui num regime diferenciado de atividade/trabalho, que só pode funcionar com a prévia programação de um corpo de profissionais escalados para tal fim.

De tal sorte que os afastamentos legais não devem ser considerados com a finalidade de elidir a percepção desta vantagem, a qual, como se disse, decorre da necessidade indispensável de um regime diferenciado de trabalho, sem o qual não seria possível a manutenção de serviços de saúde, prestados de forma ininterrupta.

Assim, faz-se oportuna, urgente e necessária a aprovação da presente Emenda, para o fim de suprir a lacuna existente, e dessa forma, regularizar um procedimento administrativo indispensável à manutenção dos serviços essenciais à saúde, prestados pelas Unidades de Saúde das IEES.

Daí porque a nova redação do *caput* do art. 7º, na forma aqui proposta, exprime melhor a real concepção da Gratificação de Plantão, enquanto vantagem vinculada a um regime diferenciado de atividade, o qual vincula o docente nele escalado à sua efetiva programação, e não uma verba paga por uma atividade realizada de forma aleatória ou casual.

Neste mesmo diapasão, e por decorrência lógica, faz-se mister a alteração do § 1º do aludido artigo, para o fim de que fique previsto, de maneira expressa, a manutenção desta vantagem inclusive nos casos dos afastamentos ali mencionados, tomando-se, como base de cálculo, a média dos últimos doze recebimentos.

Oportuno salientar, a este respeito, que a presente proposta de alteração não irá acarretar em impacto financeiro, porquanto apenas regulariza uma prática já adotada há anos pelas IEES. Ou seja, não se está "criando vantagem nova", mas sim mantendo a já existe, porém, de forma regularizada, de tal modo a impedir a suspensão recomendada pela 5ª Inspeção da Ilustre Corte de Contas do Estado do Paraná.

Sabe-se que, de modo geral, as Instituições passam por um momento preocupante no que diz respeito à carência de profissionais médicos e outros da área da saúde, razão pela qual o presente Projeto de Lei se impõe, na medida em que restabelece a normalidade e a tranquilidade no ambiente médico-hospitalar, evitando, assim, uma iminente crise administrativa naquelas unidades, ocasionada pela supressão da vantagem recomendada pelo mencionado órgão fiscalizador.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	02
DAP	26 NOV. 2014
Visto	<i>Ilana</i>



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014

Altera a redação da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei 462/2014.

**Art. 1º.** A ementa do Projeto de Lei 462/2014 passa a contar com a seguinte redação:

Dá nova redação ao caput do art. 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

**Art. 2º.** O art. 1º do Projeto de Lei 462/2014 passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** O caput do art. 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2016."*

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2014.

Deputado Estadual

*20%*  
*FELIPE*  
*REGINO*  
*REINIS*  
*ELIO*  
*PERO LUNN*  
*TRACU*

26-NOV-2014 10:16 005793 1/1

DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Liderança do Governo



**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda se faz necessária para corrigir erro material constante na proposta. A proposição inicial do Poder Executivo dá nova redação ao art. 7º da citada lei, quando na verdade sua pretensão é a de modificar somente o caput deste artigo e não modificar todo o dispositivo.

Com este objetivo, na forma do que dispõe o art. 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, é que propomos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 462/14.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014**

Projeto de Lei nº 462/2014 – mensagem 112/2014

Emenda nº 01 – Aditiva

Emenda nº 02 – Modificativa

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº, 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nº. 17.068, de 23 de Janeiro de 2012, 17.204, de 29 de Junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013.

**EMENTA:** ARTS. 137, §3º, §4º, §5º 138 E 141, I, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS Nº. 01 E 02 NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dar nova redação ao art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nº. 17.068, de 23 de Janeiro de 2012, 17.204, de 29 de Junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 26 de novembro de 2014, o referido projeto de lei recebeu 02 (duas) Emendas de Plenário durante segunda discussão, sendo a primeira Emenda Aditiva e a segunda Modificativa. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista que as duas emendas apresentadas foram propostas em 2º Discussão na Sessão Plenária de 26 de novembro de 2014, todas apoiadas pelo número mínimo de cinco Deputados.

**Emenda nº 01 - Aditiva**

A emenda n.º 01, em síntese, visa inserir o artigo 3º, 4º, 5º e 6º, ao Projeto de Lei, ficando enumerados os demais artigos, consoante se infere às fls. 25 do presente projeto em análise.

O art. 137, § 3º e 5º do Regimento Interno desta Casa de Leis, prevê a possibilidade de Emenda Aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Ante do artigo acima mencionado, constata-se que a emenda apresentada está coerente com os ditames constitucionais, e, por consequência disso, não encontra óbice para prosperar.

Destarte, haja vista a existência de relação direta da referida Emenda com o projeto inicial, não há impedimentos para seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

**Emenda nº 02 - Modificativa**

A emenda n.º 02, em síntese, tem por objetivo dar nova redação ao caput do artigo 7º da lei 16.372, de 30 de Dezembro de 2009, conforme se denota às fls. 23 do presente projeto de lei.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial. Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

Por fim, com a finalidade de adequar e oferecer melhor descrição acerca do objeto da ora proposição em análise, não obstante ao ora Projeto ter recebido duas emendas de plenário, sugere-se por esta Comissão, com fulcro nos artigos 137, §2º e 138 do Regimento Interno desta Casa, que o mesmo seja emendado na forma da "Subemenda - Substitutiva Geral" apresentada em anexo, para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções. Senão vejamos o que dispõe os artigos ora mencionados:

Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais e constitucionais, bem como resta presente consonância com o artigo 137 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, opina-se pela APROVAÇÃO das Emendas na forma da Subemenda - Substitutivo Geral proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2014.

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

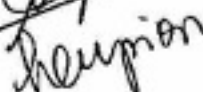
  
ALEXANDRE CURT  
Relator

  
Romoneque

  
Romoneque  
  
Rivaldo

  
Aurimiro


  
Aurimiro

  
Aurimiro

  
Aurimiro

  
Aurimiro

APROVADO

03/12/14 



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 462/2014**

Nos termos dos artigos 137 e 138 do Regimento Interno, apresenta-se a presente Subemenda Substitutiva Geral, passando o Projeto de Lei n.462/2014 a vigorar com a seguinte redação:

**Súmula:** Dá nova redação ao artigo 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, e altera o caput do art. 6º, bem como seus §§ 1º e 4º e suprime o § 5º, todos da Lei 12.457 de 18 de janeiro de 1999.

**Art. 1º** - O caput do art. 7º da Lei 16.372, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2016.

**Art.2º** - Autoriza as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA, a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 3º** - O art. 6º da Lei nº. 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.6º - Fica Instituída a Gratificação de Plantão ao Docente - GPD, a ser paga ao Professor de Ensino



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Superior das IES que atua em Escala de Plantões nas especialidades de Farmacêutico, Farmacêutico-Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico, Médico Veterinário, Fisioterapeuta e Enfermeiro.

**Art.4º** - O § 1º do artigo 6º da lei nº. 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º - a vantagem referida no caput deste artigo será mantida nos casos de licença remunerada, afastamentos previstos nos incisos I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII E XVIII, do art.128 da Lei 6.174, de 20 e novembro de 1970 e licença especial remuneratória, prevista na Lei Estadual 14.502, de 22 de setembro de 2004, sendo que o cálculo para concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício.

**Art.5º** - O § 4º do artigo 6º da lei nº. 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

§4º - Fica limitado a 144 (cento e quarenta e quatro) horas o total de plantões mensais, observado o disposto no §3º deste artigo.

**Art. 6º** - Fica Suprimido o § 5º, do art. 6º da Lei nº. 12.457, de 18 de janeiro de 1999.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 2014

NEELSON JUSTUS  
Presidente

ALEXANDRE CURI  
Relator

APROVADO

03/12/14




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**PROJETO DE LEI Nº 50/2014**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 18 FEV. 2014

  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade, Sr. Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco.

**Art. 1º.** Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade, Sr. Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco.

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

  
**ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

  
**ENIO VERRI**  
Deputado Estadual

15:58 18/02/2014 000708 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA:**

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembleia Legislativa a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, por se tratar de ato de reconhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná e a toda a comunidade católica, através de atitudes que vem reaproximando os fiéis da sua igreja.

Durante a Jornada Mundial da Juventude, realizada em 2013 no Brasil, o Papa Francisco surpreendeu a todos os brasileiros com seu carisma, sua sabedoria, seu gesto de humildade no trato com os fiéis. Foi o grande comunicador, transmitindo a todos muita paz.

Francisco prega uma igreja aberta, devota e atenta aos fiéis, com sua crítica às desigualdades sociais. Veio para motivar os jovens a agirem como verdadeiros cristãos evangelizadores. Os dias que Sua Santidade passou em nosso país foram dias iluminados e de muita paz, pois ele é o transmissor de uma fé viva e de uma serenidade incomparável.

Defensor de uma Igreja mais atuante, simples e com grande proximidade dos fiéis, nos deixou um legado muito importante, um grande exemplo de fé, humildade, solidariedade e grande esperança nos jovens, a quem devemos dar oportunidades.

**BIOGRAFIA**

O primeiro Papa da Américas, Jorge Mario Bergoglio vem da Argentina. O Jesuíta de 76 anos de idade, Arcebispo de Buenos Aires, é uma figura proeminente em todo o continente, mas continua a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



ser um pastor simples que é profundamente amado por sua diocese, ao longo da qual ele tem viajado extensivamente no metrô e de ônibus durante os 15 anos de seu ministério episcopal.

"O meu povo é pobre e eu sou um deles", ele disse mais de uma vez, explicando sua decisão de viver em um apartamento e cozinhar sua própria ceia. Ele sempre aconselhou os seus sacerdotes a mostrar misericórdia, coragem apostólica e para manter suas portas abertas a todos. A pior coisa que poderia acontecer à Igreja, ele tem dito em várias ocasiões, "é o que Lubac chama de mundanismo espiritual", que significa, "ser egoísta". E quando ele fala de justiça social, chama as pessoas em primeiro lugar para pregar o Catecismo, para redescobrir os Dez Mandamentos e as bem-aventuranças. Seu projeto é simples: se você seguir a Cristo, você entende que "pisotear a dignidade de uma pessoa é um pecado grave".

Apesar de seu caráter reservado ele tornou-se um ponto de referencia por causa das fortes posições que ele tomou durante a dramática crise financeira que oprimiu o país, em 2001.

Ele nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936, filho de imigrantes italianos. Seu pai Mario era um contador empregado pelas estradas de ferro e sua mãe Regina Sivori era uma esposa comprometida dedicada ao crescimento dos seus cinco filhos. Formou-se como técnico de química e, em seguida, escolheu o caminho do sacerdócio, entrando no Seminário Diocesano de Villa Devoto. Em 11 de março 1958, entrou no noviciado da Companhia de Jesus. Ele completou seus estudos de humanidades no Chile e retornou à Argentina em 1963, para se formar em Filosofia pelo Colégio de São José, em São Miguel. De 1964 a 1965, ensinou literatura e psicologia na Faculdade Imaculada Conceição Colégio de Santa Fé e, em 1966, ensinou o mesmo assunto no "Colegio del Salvatore", em Buenos Aires.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



De 1967-1970, estudou teologia e obteve um diploma do Colégio de São José.

Em 13 de dezembro de 1969, foi ordenado sacerdote pelo Arcebispo Dom Ramón José Castellano. Ele continuou a sua formação entre 1970 e 1971 na Universidade de Alcalá de Henares, na Espanha, e em 22 abril de 1973 fez sua profissão perpétua com os jesuítas. De volta à Argentina, ele foi mestre de noviços no Villa Barilari, em São Miguel, professor da Faculdade de Teologia de São Miguel; consultor da Província da Companhia de Jesus e também reitor do Colégio Máximo da Faculdade de Filosofia e Teologia.

Em 31 de julho 1973 ele foi nomeado Provinciano dos Jesuítas na Argentina, cargo que ocupou por seis anos. Ele então retomou seu trabalho no setor universitário e de 1980 a 1986 serviu mais uma vez como reitor do Colégio de São José, bem como pároco, novamente em São Miguel. Em março de 1986, ele foi para a Alemanha para concluir sua tese de doutorado; seus superiores, em seguida, o enviaram para o Colégio do Salvador, em Buenos Aires e depois para a Igreja dos Jesuítas, na cidade de Córdoba, como diretor espiritual e confessor.

Foi o Cardeal Antonio Quarracino, Arcebispo de Buenos Aires, que o queria como um colaborador próximo. Então, em 20 de maio de 1992 o Papa João Paulo II nomeou-o Bispo titular de Auca e Auxiliar de Buenos Aires. Em 27 de maio, ele recebeu a ordenação episcopal do cardeal na catedral. Ele escolheu como lema episcopal, "miserando atque elegendo", e em seu brasão inseriu o IHS, o símbolo da Companhia de Jesus.

Ele deu sua primeira entrevista como bispo em um boletim paroquial, "Estrellita de Belém". Foi imediatamente nomeado Vigário Episcopal do Distrito de Flores e em 21 de dezembro 1993 também lhe foi confiado o cargo de Vigário Geral da Arquidiocese. Assim, não foi



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



nenhuma surpresa quando, em 03 de junho de 1997, foi elevado à dignidade de Arcebispo Coadjutor de Buenos Aires. Nem mesmo nove meses haviam se passado quando, após a morte do Cardeal Quarracino, sucedeu-lhe, em 28 de fevereiro de 1998, como Arcebispo Primaz da Argentina e Ordinário para os fiéis de rito oriental na Argentina.

Três anos mais tarde, no Consistório de 21 de fevereiro de 2001, João Paulo II o criou cardeal, atribuindo-lhe o título de São Roberto Bellarmino. Ele pediu aos fiéis para não vir a Roma para celebrar sua criação como cardeal, mas sim para doar aos pobres o que eles teriam gasto na viagem. Como Grão-Chanceler da Universidade Católica da Argentina, ele é o autor dos livros: *Meditaciones para Religiosos* (1982), *Reflexiones sobre la Vida Apostólica* (1992) e *Reflexiones de esperanza* (1992).

Em outubro de 2001 ele foi nomeado Relator Geral da 10ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre o Ministério Episcopal. Esta tarefa foi confiada a ele no último minuto, para substituir o Cardeal Edward Michael Egan, Arcebispo de Nova York, que foi obrigado a permanecer em sua terra natal por causa dos ataques terroristas de 11 de setembro. No Sínodo pôs especial ênfase na "missão profética do bispo", sendo ele um "profeta da justiça", o seu dever de "pregar sem cessar" a doutrina social da Igreja e também "para expressar um julgamento autêntico em matéria de fé e da moral".

Durante todo o tempo o cardeal Bergoglio foi se tornando cada vez mais popular na América Latina. Apesar disso, ele nunca relaxou sua abordagem sóbria ou seu estilo de vida rigoroso, que alguns definiram como quase "ascético". Neste espírito de pobreza, ele se recusou a ser nomeado como Presidente da Conferência Episcopal Argentina, em 2002, mas três anos depois foi eleito e, em seguida, em 2008, reafirmado para um mandato de mais três anos. Enquanto isso,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



em abril de 2005, participou no Conclave em que o Papa Bento XVI foi eleito.

Como arcebispo de Buenos Aires - uma diocese com mais de três milhões de habitantes - ele concebeu um projeto missionário baseado na comunhão e evangelização. Ele tinha quatro objetivos principais: comunidades abertas e fraternas, um leigo informado desempenhando um papel de liderança, os esforços de evangelização dirigidos a todos os habitantes da cidade, e assistência aos pobres e doentes. Ele pretendia reevangelizar Buenos Aires, "tendo em conta aqueles que vivem lá, sua estrutura e sua história". Ele pediu que sacerdotes e leigos trabalhassem juntos. Em setembro de 2009 ele lançou a campanha de solidariedade para o bicentenário da Independência do país. Duzentas agências de caridade estão a ser criadas em 2016. E em uma escala continental, ele esperava muito do impacto da mensagem da Conferência de Aparecida, em 2007, a ponto de descrevê-lo como o "Evangelii Nuntiandi da América Latina".

Até o início da recente *sede vacante*, ele era um membro da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, da Congregação para o Clero, da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, do Conselho Pontifício para a Família e da Pontifícia Comissão para a América Latina.

Ele foi eleito Sumo Pontífice em 13 de março de 2013, sendo que a chaminé da Capela Sistina emitiu fumaça branca às 19h07 daquela quarta-feira (15h07 no Brasil) - indicativo de que a Igreja Católica elegeu um novo papa.

#### **DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES**

Pelo fato do Papa tratar-se de uma figura pública internacionalmente reconhecida, detentor de uma reputação



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



notoriamente ilibada e conduta sabidamente irrepreensível, solicitamos a dispensa da documentação exigida pelo Parágrafo único da Lei Estadual nº 13.115/2001.

Desta forma, é com grande satisfação que propomos este Projeto de Lei, pelo muito que representa para a comunidade paranaense a trajetória de vida do Papa Francisco, esperando que mereça a acolhida dos nobres pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

  
**ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

  
**ENIO VERRI**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 50/2014**

**Projeto de Lei nº. 50/2014**

**Autores: Deputados Enio Verrí e Aníbelli Neto**

**Súmula:** Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à sua santidade, Sr. Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco.

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Enio Verrí e Aníbelli Neto, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à sua santidade, Sr. Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da proposição devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido Título de Cidadão Honorário.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



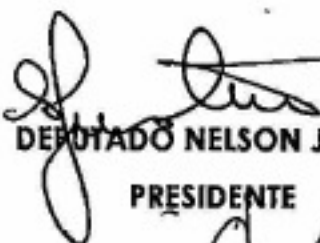
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, considerando que é de notório saber que a pessoa a quem se pretende conceder o título de cidadão benemérito, do referido Projeto de Lei possui reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis.

A ausência de juntada de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da pessoa a quem se pretende conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Sr. Jorge Mario Bergoglio - o Papa Francisco, neste caso, em especial, não se torna necessário.


**CONCLUSÃO**

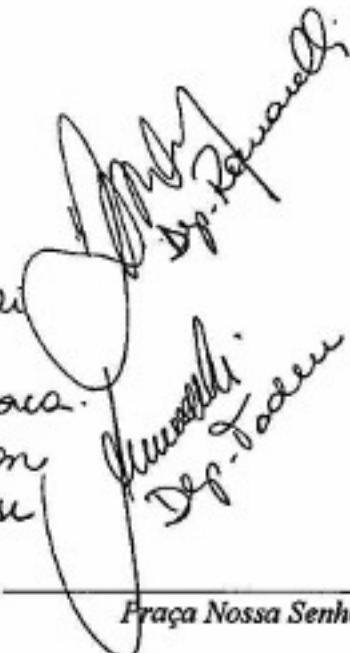

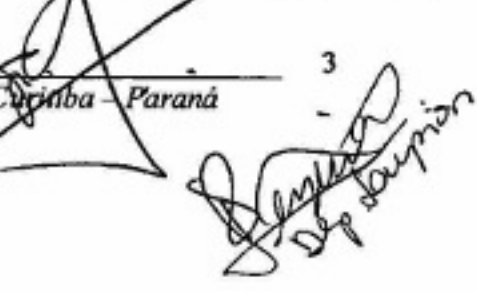
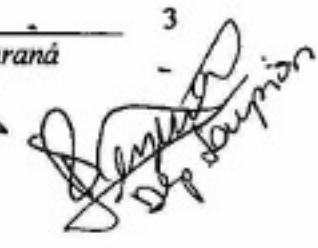
Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRÉSIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**  
**25.11.14**

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

 **PROJETO DE LEI** 420/14

Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas, cujas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade social.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social.

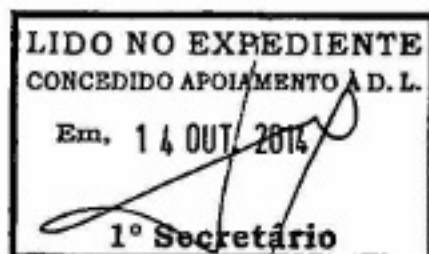
**Art. 2º** O Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em comunidades em situação de vulnerabilidade deverá ser executado de forma integrada pelas entidades estaduais e municípios mediante instrumento de cooperação com o Estado, objetivando a concentração da implantação de políticas públicas nas comunidades elencadas.

**Art. 3º** A execução do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas de vulnerabilidade social será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU e contará com a participação das demais Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, que tenham a ver com esta problemática.

**Art. 4º** Os recursos do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas de vulnerabilidade social serão oriundos das dotações orçamentárias existentes nas entidades envolvidas.

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU poderá, na forma da legislação pertinente e sem prejuízo da execução realizada pelos demais participantes, firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para execução do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas de vulnerabilidade social.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



MENSAGEM  
Nº 089/2014

Curitiba, em 03 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, 14/10/2014  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social.

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, designada como coordenadora do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, no âmbito das Unidades Paraná Seguro - UPS, por meio do Decreto nº 8.306, de 24 de maio de 2013, procedeu, junto às instituições estaduais e prefeituras municipais, a identificação e o levantamento das intervenções direcionadas aos locais onde estão instaladas as UPS.

O conceito da UPS é de uma polícia cidadã, que se aproxima das pessoas e estabelece uma relação de confiança, pela qual os moradores conhecem os policiais que fazem parte do patrulhamento permanente. Dessa forma, é possível um resgate e revitalização da vida comunitária, que vai além de um projeto de operação policial temporária. Após a entrada da polícia na localidade, a fase seguinte é sua instalação propriamente dita, com efetivo policial permanente, aliado à oferta de serviços públicos.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.355.832-2



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

No entanto, é necessária, também, a oferta de serviços, de caráter socioeconômico, pautada por um ordenamento lógico e sequencial, através de um trabalho que reúne ações de desenvolvimento e de garantia de direitos sociais. Esses serviços têm como principais objetivos intervir no meio físico propiciando qualidade ambiental e estrutural e promover a cidadania, a fim de consolidar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que traga segurança à população.

Assim, o principal objetivo é desenvolver ações integradas de mobilização social nas comunidades onde estão localizadas as Unidades Paraná Seguro – UPS, visando a sustentabilidade e efetividade do Programa Paraná Seguro, por meio da sensibilização e envolvimento das comunidades em ações que contribuam para melhorar a segurança pública e o desenvolvimento socioeconômico local.

Diante do exposto apresento o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**FLÁVIO ARNS**

Governador do Estado em exercício



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E  
REGULARIDADE DO PEDIDO**

**DECLARO**, na qualidade de Ordenador de Despesas, que existem recursos orçamentários para a finalidade indicada no protocolado nº 13.359.819-7.

**DECLARO**, também, que a despesa, abaixo identificada, tem adequação com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886 de 20 de dezembro de 2013, com o Plano Plurianual, conforme Lei 17.013 de 14/12/11, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.631 de 22 de julho de 2013, e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2014, estando em conformidade com as disposições da Lei Estadual nº 15.608, de 16/08/2007, com a Lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, especialmente quanto às normas dos art. 16 e 17.

- **Identificação da Despesa:** Proposta de Ante-Projeto de Lei que institui o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania – UPS – Cidadania.
- **Dotação Orçamentária nº:**
- **4902.14421414.180** – Gestão Administrativa - SEJU, Categoria Econômica da Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, Fonte de recurso 100.

**DECLARO**, enfim, que as informações e documentos existentes neste protocolado estão de acordo com as regras administrativas, atestando, portanto, a regularidade do pedido nas esferas civil e penal, em especial no que tange ao disposto na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, podendo o protocolado seguir o seu trâmite administrativo.

Curitiba, 16 de outubro de 2014

*Leonildo de Souza Grotto*  
PI **Leonildo de Souza Grotto**  
**Diretor Geral da SEJU**

**Mariza Moreira**  
Assessora Técnica  
DIRETORIA GERAL - SEJU  
Resolução Secretarial 384/2014

Confere com o original  
SEJ/CTL, em *[Assinatura]*  
Ass. *[Assinatura]*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 420/2014**

**Projeto de Lei nº 420/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem 089/2014.**

**Súmula:** Institui, no âmbito de Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas, cujas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade social.

**EMENTA:** PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EXISTENTES NAS ENTIDADES ENVOLVIDAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 10.714/2014. LC 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. **PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 089/2014, visa instituir o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

**Art. 87.** Compete privativamente ao Governador:  
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que a responsabilidade para a execução do Programa será da **Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos**, motivo pelo qual, cumpre mencionar o **Decreto nº 10.714, de 09 de abril de 2014**, artigo 1º, que determina a competência para o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011 e pela Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, constitui-se em órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e tem por finalidade a orientação técnica especializada, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos.

Ademais, cumpre ressaltar que o projeto em tela determina que os recursos do Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas de vulnerabilidade social serão oriundos das dotações orçamentárias existentes nas entidades envolvidas.

Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da Constitucionalidade e Legalidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

### CONCLUSÃO

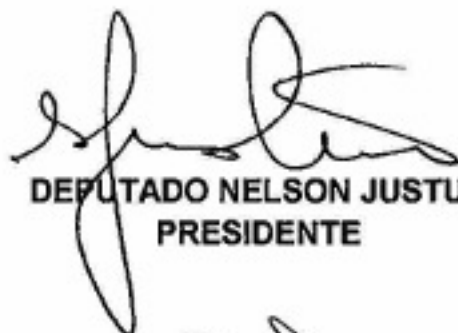
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
Dep. Traiano

  
Dep. Tadeu

  
Dep. Pericles

  
Dep. Carlos

  
Dep. Tomaz

  
Dep. Guim

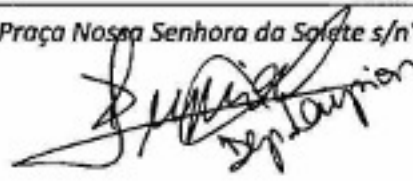
VISTA EM 21/10/2014

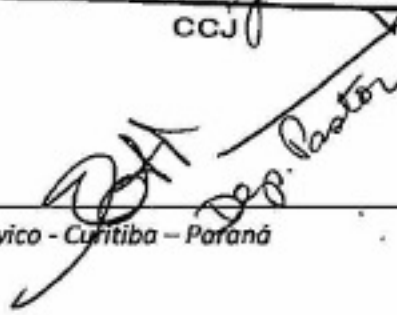
Dep. Pericles de Mello

CCJ

APROVADO

28/10/14

  
Dep. Lúcio

  
Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 420/2014**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 089/2014, objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas. Cujas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Sobre a matéria já constatamos a existência de Parecer finalístico da Comissão de Constituição e Justiça, que por meio de seu Relator Deputado Ademar Traiano, já exarou o competente parecer Favorável que foi devidamente aprovado pela Comissão acima citada.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação.

Ainda, observando a justificativa do autor, constatamos que o principal objetivo é desenvolver ações integradas de mobilização social em comunidades que possuem as Unidades Paraná Seguro – UPS, com o intuito de garantir a sustentabilidade e efetividade do Programa Paraná Seguro, com o envolvimento das comunidades em ações que contribuam para melhorar a segurança pública e o desenvolvimento socioeconômico local.

De igual modo, a Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, apresenta documento declarando que a despesa referida tem adequação com a Lei Orçamentária Anual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, com o Plano Plurianual, conforme Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.631, de 22 de julho de 2013. Da mesma forma em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



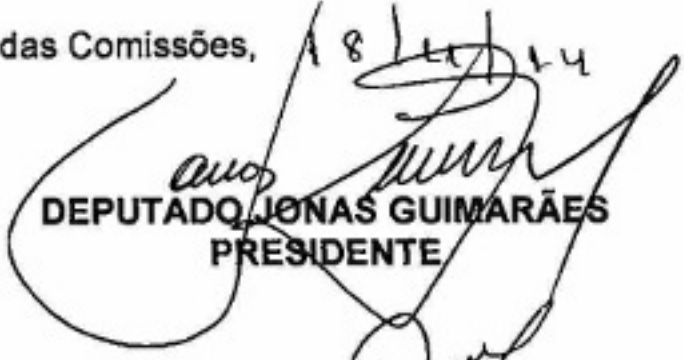
conformidade com a Lei nº 15.608, de 16/08/07, com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e por último com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00, especialmente quanto aos artigos 16 e 17.


**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão de Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 420/2014.

É o Parecer.

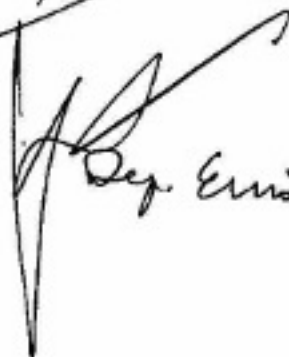
Sala das Comissões, 18/11/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
Dep. Waldyr

  
Dep. Wilson

  
Dep. Ervin



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 420/2014**

**Súmula:** Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas, cujas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade social.

**Fundamentação:**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa instituir o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, com a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Os direitos humanos manifestam-se na vida real de forma desigual para grupos sociais e pessoas distintas. Mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, grupos em desvantagem econômica, entre outros, lutam para conquistar direitos igualitários na sociedade.

É importante destacar que a ação de movimentos sociais diversos já eliminou ou minimizou inúmeras barreiras para promover e ampliar os direitos humanos de grupos sociais vulneráveis. Contudo, ainda persiste a desigualdade traduzida na falta de oportunidades de



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




acesso à educação de qualidade, necessária para realizar o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e sua cidadania.

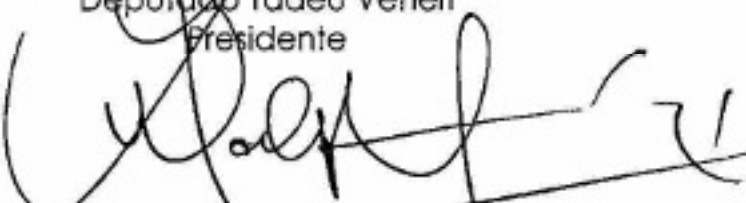
Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição apresentada pelo Poder Executivo, em estabelecer o programa de desenvolvimento e cidadania em áreas cuja comunidade se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 420/2014.**

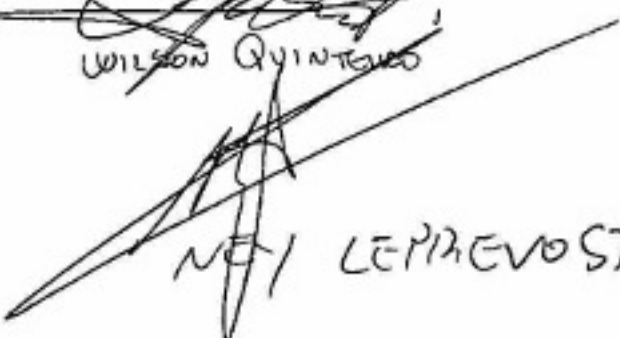
Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

  
Deputado Tadeu Veneri  
Presidente

  
Deputado Waldyr Pugliesi  
Relator

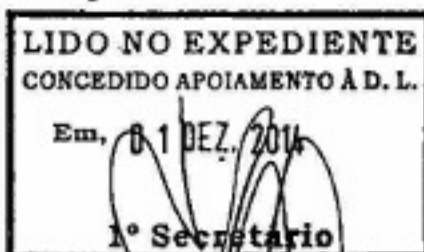
  
WILSON QUINTERO

  
CANTORA NÍVEA LIMA

  
NEY LEPREVOST



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17 /2014.**



Alteração do Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa.

**Art. 1º** Altera a seção VIII do Capítulo II do Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984, passando a vigorar nos seguintes termos:

**\*Seção VIII  
Da Controladoria Interna**

**Art. 14.** A Controladoria Interna, unidade programática e de assessoramento vinculada à Comissão Executiva, tem por competência fiscalizar e acompanhar a atividade administrativa da Assembleia Legislativa, zelando pela regularidade, legalidade e legitimidade da aplicação dos recursos e opinando, em caráter preventivo ou corretivo, para o aperfeiçoamento das ações administrativas.

**§ 1º** São atribuições da Controladoria Interna da Assembleia Legislativa:

- I - coordenar e executar as atividades de controle interno;
- II - elaborar parecer conclusivo sobre as contas anuais;
- III - apoiar o controle externo;
- IV - atestar a regularidade dos procedimentos administrativos em trâmite na Assembleia;
- V - atestar a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional das Diretorias e Setores da Assembleia Legislativa;
- VI - avaliar o cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
- VII - avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Assembleia;
- VIII - avaliar o cumprimento dos objetivos e metas pelas Diretorias e demais Setores da Assembleia;
- IX - zelar pela execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz dos atos administrativos;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



X - primar pela salvaguarda dos recursos, evitando perdas, malversação e desperdício;

XI - avaliar as providências adotadas pelo gestor diante dos danos causados ao erário, recomendando, quando for o caso, as medidas passíveis de adoção;

XII - proceder a fiscalização formal e finalística da utilização das verbas públicas da Assembleia Legislativa;

XII - verificar se as Diretorias e demais Setores da Casa estão observando as normas e procedimentos estabelecidos pela legislação, orientando sobre medidas corretivas, quando couber;

XIV - elaborar manuais de procedimentos para orientar a atividade administrativa, os quais serão aprovados pela Comissão Executiva;

XV - zelar pela sua independência funcional;

XVI, - representar à Comissão Executiva sobre irregularidades ou ilegalidades constatadas no exercício de suas atribuições.

§ 2º A Controladoria Interna será composta por no mínimo três servidores efetivos estáveis ocupantes de cargo de escolaridade superior, designados por Ato da Comissão Executiva.

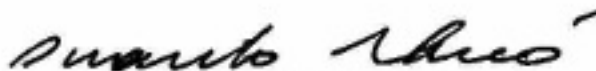
§ 3º A coordenação dos trabalhos será de responsabilidade do Controlador-Geral, que será nomeado por Ato da Comissão Executiva.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga o inciso III do art. 10 do Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2014.

  
VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
1º Secretário

  
ADEMIR BIER  
2º Secretário



#### JUSTIFICATIVA

A responsabilidade pelo gerenciamento transparente das contas públicas é de extrema importância para a administração, pois a sociedade deve entender o que está sendo feito e no que estão sendo gastos os recursos públicos.

Para tanto, propõe-se a criação da Controladoria Interna na Assembleia, a fim de que haja mecanismos de fiscalização e acompanhamento da atividade administrativa.

Ainda, a presente proposta atende à recomendação do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que aprovou as contas da Assembleia relativas ao ano de 2011 com a ressalva que deveria ser implantada uma Controladoria na Casa.



# Anais da Assembléia



Nº 41

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1984

(Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Márcio Almeida e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nadi, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Artáglio Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cássio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silveira, Ervin Bonkoski, Ezequias Lasso, Ferrari Júnior, Fiodi Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nílso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pécicles Pacheco, Quilse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugúio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (SR).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de "quorum".

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 17 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 98, 118, 125 e 133/83.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 75, 121, 143, 241/83, 22 e 52/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 136/83 e 03/84.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 02, 06 e 07/84.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/83, do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 230/83, 14, 15, 17 e 32/84.

Levanta-se a sessão.

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52/84

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 4º da Lei n.º 7.807, de 23 de dezembro de 1983

RESOLVE:

Art. 1º — A organização e funcionamento dos serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a superintendência do 1º Secretário, são regidos pelas disposições deste Decreto Legislativo, consolidadas as normas já vigentes.

## CAPÍTULO I

### SEÇÃO I

#### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 2º — A estrutura administrativa da Assembléia Legislativa, é constituída por idênticos segmentos distintos que atendem à função política e a função técnico-administrativa.

Art. 3º — O segmento político obedecerá a seguinte estrutura:

#### I — COMISSÃO EXECUTIVA

1. Presidente

1.1 Gabinete

2. 1º Vice-Presidente

2.1 Gabinete

3. 2º Vice-Presidente

3.1 Gabinete

4. 1º Secretário

4.1 Gabinete

5. 2º Secretário

5.1 Gabinete

6. 3º Secretário

6.1 Gabinete

7. 4º Secretário

7.1 Gabinete

## II - LIDERANÇAS

### 1. Lideranças Partidárias

#### 1.1 Gabinetes

## III - DEPUTADOS

### 1. Gabinetes Parlamentares.

Art. 4º - O segmento técnico administrativo, tem a seguinte estrutura:

- I - Diretoria Geral
- II - Conselho Superior de Administração
- III - Diretoria do Gabinete da Procuradoria
- IV - Diretoria de Assistência ao Plenário
- VI - Diretoria Administrativa
- VII - Diretoria de Pessoal
- VIII - Diretoria de Serviços Especiais
- IX - Diretoria Financeira
- X - Diretoria de Apoio Técnico.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

#### DA COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 5º - A Comissão Executiva, além das atribuições previstas no Regimento Interno, compete, especificamente:

- I - Julgar, em última instância, os atos da Diretoria Geral e os processos administrativos que lhe forem encaminhados;
- II - Nomear, contratar, demitir, colocar em disponibilidade e aposentar servidores da Assembleia Legislativa, assinando os respectivos atos, bem como prover, nomear funcionários para ocupar cargos em comissão e, ainda, demitidos ou exonarados;

III - Autorizar procedimentos de TOMADA DE PREÇOS e CONCORRÊNCIA PÚBLICA, para compras, serviços e obras, conforme os limites estabelecidos na Lei nº 6.946/81, Lei nº 6.205/75 e Decreto nº 87.744/82;

IV - Aprovar o Orçamento Programa e Analítico da Assembleia Legislativa;

V - Julgar procedimentos da Tomada de Preços e Concorrência Pública.

Art. 6º - Ao Presidente, além da representação política da Assembleia Legislativa, das atribuições regimentais, da supervisão dos trabalhos da administração, interpretando e fazendo obedecer as disposições deste Decreto, compete:

- a) adotar as providências que considerar necessárias à regularidade do trabalho legislativo;
- b) regular a polícia interna, durante as Sessões Legislativas;
- c) propor, privativamente, a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- d) autorizar funcionários da Secretaria para prestarem serviços a outros órgãos do poder público ou aceitarem missões estranhas às atividades do Poder Legislativo Estadual;
- e) examinar requerimentos que tenham por objeto a transcrição de documentos no Diário da Assembleia, quando apresentados fora das Sessões Legislativas;
- f) ceder dependências do Poder Legislativo para a realização de reuniões por Partidos Políticos, Organismos de Classes, Entidades Legalmente Constituídas;
- g) autorizar e designar datas para promoções especiais que visem projetar o Poder Legislativo perante a opinião pública;
- h) autorizar as despesas necessárias à consecução do previsto na letra anterior, dentro dos limites da dotação orçamentária.

Art. 7º - Ao 1º Secretário, além de suas atribuições regimentais, compete, especificamente, supervisionar os trabalhos da administração, interpretando e fazendo obedecer as disposições deste Decreto:

I - Autorizar a abertura de licitações, homologações e celebrar contratos, podendo delegar esta atribuição ao Diretor Geral;

II - Autorizar a lavratura de Decretos Legislativos.

### SEÇÃO II

#### DA DIRETORIA GERAL

Art. 8º - A Diretoria Geral tem como competência o planejamento, a coordenação, o controle e a fiscalização de todas as atividades administrativas da Assembleia Legislativa, em acordo com as determinações da Comissão Executiva e normas vigentes.

§ 1º - O Diretor Geral é responsável pelo planejamento, organização, orientação, coordenação, controle e fiscalização de todas as atividades técnicas e administrativas da Assembleia Legislativa em acordo com as deliberações da Comissão Executiva, obedecendo as normas aplicáveis.

§ 2º - São atividades indelegáveis ao Diretor Geral:

I - Controlar e supervisionar todas as direções, através de relatórios periódicos, reuniões e contatos diários com o coordenador do Conselho Superior de Administração;

II - Definir em conjunto com o Conselho Superior de Administração serviços administrativos, desde que integrada às diretrizes e objetivos da Comissão Executiva;

III - Orientar o Conselho Superior de Administração através seu coordenador sobre as diretrizes e metas da Comissão Executiva;

IV - Prestar apoio técnico e administrativo ao segmento político da Assembleia Legislativa;

V - Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo, os contratos em que a Assembleia intervier como parte;

VI - Dar posse aos funcionários da Secretaria da Assembleia Legislativa;

VII - Apresentar, ao final de cada exercício, relatório circunstanciado dos trabalhos da Diretoria Geral;

VIII - Submeter à Comissão Executiva o balanço anual da Assembleia Legislativa, referente ao exercício anterior, até o dia 15 de março do exercício subsequente;

IX - Autorizar lotação, remoção ou desvio de função de servidores nos diversos órgãos da Secretaria da Assembleia Legislativa;

X - Autorizar as solicitações de compras que estiverem previstas na programação das Diretorias;

XI - Manter contatos frequentes com o 1º Secretário, prestando informações que lhe forem solicitadas pela Comissão Executiva, Comissões e Deputados;

XII - Apresentar ao 1º Secretário, sempre que solicitado, relatório da gestão orçamentária e administrativa da Assembleia Legislativa;

XIII - Despachar, com o Presidente, assuntos administrativos de sua competência; e,

XIV - Secretariar e assessorar as reuniões da Comissão Executiva.

§ 3º - O cargo de Diretor Geral é privativo de funcionário estável do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, com nível superior, experiência na área administrativa e que conte com mais de quinze anos de serviço público.

### SEÇÃO III

#### DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - Ao Conselho Superior de Administração, órgão colegiado integrado pelos Diretores e por seu Coordenador, compete:

- Estudar, recomendar atos e normas da Administração;
- II - Opinar sobre assuntos relacionados com a organização





e o funcionamento da Assembleia Legislativa;

III - Colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas atribuições;

IV - Apreciar propostas de Instruções, Portarias, Circulares e demais atos da Administração da Assembleia Legislativa;

V - Propor projetos de regulamentos especiais, de concursos, de arbitramento e concessão de direitos e vantagens;

VI - Propor à Comissão Executiva, regulamentos de controle de freqüências;

VII - Propor homologação de resultados de concursos;

VIII - Propor a substituição dos Diretores e Coordenadores em seus impedimentos que não excedam 60 (sessenta) dias;

IX - Propor a lotação setorial dos diversos órgãos administrativos, sobre a qual deliberará o Diretor Geral;

X - Sugerir ao Diretor Geral a aplicação de penalidades de advertência e suspensão, de acordo com normas vigentes;

XI - Propor a constituição de Grupos de Trabalho, necessários ao estabelecimento de medidas de racionalização dos serviços administrativos;

XII - Propor a constituição de Grupos de Trabalho para a elaboração da proposta orçamentária anual e para o acompanhamento no âmbito legislativo, do Orçamento Geral do Estado;

XIII - Opinar sobre assuntos que-lhe forem encaminhados pela Comissão Executiva, Diretoria Geral e Diretores;

XIV - Opinar sobre planos assistenciais aos Servidores da Assembleia, bem como programação de treinamento de Pessoal;

XV - Apreciar as contratações de empresas especializadas para treinamento de pessoal ou racionalização dos serviços administrativos;

XVI - Criar setores, segundo as necessidades das Diretorias e Coordenadorias, os quais não excederão a 80 (oitenta).

§ 1º - As decisões do Conselho Superior de Administração serão editadas através de ATOS.

§ 2º - A Coordenação dos trabalhos e reuniões do Conselho Superior de Administração será efetuada pelo seu Coordenador que organizará a pauta das reuniões, redigirá atas e acompanhará a execução das decisões do colegiado.

§ 3º - O Conselho Superior de Administração, disporá em Regimento Interno, sobre seu funcionamento.

#### SEÇÃO IV

##### DA DIRETORIA DO GABINETE DA PROCURADORIA

Art. 10 - A Diretoria do Gabinete da Consultoria Legislativa passa a ser denominada Diretoria do Gabinete da Procuradoria e o cargo de Diretor é privativo do Procurador.

Parágrafo único - A Diretoria do Gabinete da Procuradoria, órgão consultivo de Assessoramento Superior do Poder Legislativo, é constituída por Procuradores e Consultores Legislativos e a ele compete:

I - Através da Coordenadoria Jurídica, composta por procuradores e outros funcionários para tal designados:

a) emitir parecer jurídico sobre matérias submetidas à sua apreciação, pelos membros da Comissão Executiva;

b) representar a Assembleia Legislativa no foro em Geral, mediante mandato expresso da Comissão Executiva;

c) acompanhar processos judiciais em que este Poder seja parte interessada.

II - Através da Coordenadoria Legislativa:

a) proceder à instrução prévia das proposições apresentadas à consideração da Assembleia, quando solicitado;

b) colaborar com os Deputados, bem como com as Comissões, no processo legislativo;

c) prestar assistência técnica ao Diretor do Departamento Legislativo, no que concerne à execução de suas atribuições;

d) prestar assistência e colaboração na redação final das proposições e no preparo dos autógrafos;

e) proceder a pesquisas e coordenação de elementos destinados à elaboração de proposições de interesse da Assembleia; e,

f) prestar assessoramento, em assuntos legislativos, sempre que solicitado, a qualquer órgão ou serviço da Secretaria e, ainda, aos Gabinetes de representação.

III - Através da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário:

a) realização de auditorias administrativas e contábeis, verificando o cumprimento das normas internas e do orçamento programa;

b) auditoria dos processos de licitação da Assembleia Legislativa, por solicitação da Diretoria Geral;

c) Tomada de Contas nos adiantamentos e nas prestações de contas; e

d) elaboração de pareceres técnicos sobre o funcionamento administrativo e contábil nas diversas Diretorias da Assembleia, com referência aos procedimentos, normas e orçamento-programa.

#### SEÇÃO V

##### DA DIRETORIA LEGISLATIVA

Art. 11 - A Diretoria Legislativa compete:

I - Através da Coordenadoria de Assessoramento Técnico Legislativo:

a) instruir os processos enviados à consideração da Diretoria, interpondo-lhes os despachos pertinentes e dando-lhes o devido encaminhamento, após supervisão do Diretor;

b) coordenar a ação administrativa do Gabinete da Diretoria, bem como fiscalizar as atividades de todos os órgãos a ela afetos, seguindo orientação fixada pelo Diretor;

c) assessorar o Diretor, em assuntos administrativos, quando solicitado;

d) pesquisar, organizar e manter coletâneas de informações gerais de interesse dos Senhores Deputados, para servir-lhes de subsídios na elaboração de projetos e pronunciamentos;

e) manter convênios, através da Diretoria Legislativa, com os órgãos da administração direta e indireta do Estado, visando o intercâmbio de matéria de interesse mútuo;

f) pesquisar sobre assuntos específicos, a pedido dos Deputados, corpo de redatores e Órgãos da Casa, fornecendo-lhes os materiais e textos requisitados, indicando as fontes de consulta;

g) manter acervo de documentação relativa a assuntos de interesse da Casa, bem como dos relatórios já elaborados;

h) divulgar, quando julgado de interesse da Assembleia, estudos e informações, produto da operacionalização do setor;

i) manter e atualizar arquivo referente às Leis Estaduais e Resoluções do Poder Legislativo;

j) manter organizado o registro diário das atividades legislativas dos Senhores Deputados, encaminhando-lhes ao final de cada período legislativo o relatório geral;

l) proceder o controle estatístico das Sessões Plenárias e Reuniões de Comissões realizadas no decurso do período legislativo;

m) elaborar a sinopse dos trabalhos realizados durante cada Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, com especificação das fases por que passaram, providenciando a respectiva publicação.

II - Através da Coordenadoria das Comissões:

a) secretariar as reuniões das Comissões Técnicas Permanentes, Especiais e de Inquérito, lavrando as atas e providenciando sua publicação no órgão oficial;

b) submeter a despacho dos presidentes das Comissões os processos e papéis a ela distribuídos;

c) comunicar ao Setor de Movimentação Legislativa a transmissão dos papéis e processos encaminhados às Comissões, para efeito de registro e anotação;

d) providenciar, quando solicitado, em colaboração com o



Gabinete de Assistência Técnica e sob a orientação deste, a instrução das proposições em andamento nas Comissões;

e) obter, dos órgãos da administração, esclarecimentos necessários ao cabal desempenho das tarefas atribuídas às Comissões;

f) manter, em cada Comissão, registro e protocolo dos processos e papéis a ela distribuídos, bem como as cópias dos pareceres exarados pelos relatores;

g) registrar e anotar em fichário próprio o andamento dos papéis e processos em tramitação pelas Comissões e por outros órgãos da Secretaria, desde que, por qualquer forma, interesse à elaboração legislativa;

h) prestar informações da movimentação descrita no item anterior;

i) processar levantamento dos processos e papéis em trâmite ou ultimados elaborando relatório que ficará à disposição dos autores ou interessados;

j) registrar e anotar a destinação das proposições enviadas ao Poder Executivo ou a qualquer outro órgão da Administração ou Entidades particulares, acompanhando-lhes os trâmites até sua finalização;

k) receber, autuar, numerar e registrar todas as proposições e papéis encaminhados à Coordenadoria;

l) fazer extrair cópia autêntica de todos os papéis e processos que, por qualquer forma, tenham relação com a elaboração legislativa, de modo que disponha de elementos para a restauração dos processos;

m) executar todos os trabalhos auxiliares de natureza burocrática que incumbam ao Setor das Comissões;

n) providenciar cópias xerográficas de todos os papéis e processos às Comissões;

o) manter atualizado o painel das reuniões;

p) solicitar junto ao Setor competente, os serviços datilográficos e taquigráficos;

q) marcar local e horário das reuniões das Comissões, providenciando a estrutura necessária.

III - Através da Coordenadoria de Taquigrafia:

a) taquigrafar, na íntegra, traduzir e datilografar os discursos, debates e falas da Mesa, exceto os documentos lidos ou destinados à inserção nos anais;

b) recolher, após os discursos, as matérias lidas em sessão, encaminhando-as ao Setor de Revisão Taquigráfica, para inclusão no texto dos respectivos discursos ou debates, salvo se houver extravio da referida matéria, quando, então, fará expressa advertência no texto datilografado;

c) anotar o horário do início das Sessões e dos trabalhos, registrando ainda as alterações na composição da Mesa;

d) taquigrafar, na íntegra, traduzir e datilografar os debates e falas ocorridos durante as reuniões das Comissões, exceto os documentos lidos;

e) recolher, no término da reunião, as matérias lidas, encaminhando-as ao Setor de Revisão Taquigráfica, para posterior remessa aos respectivos Secretários de Comissão.

IV - Através da Coordenadoria da Ata e Redação de Debates:

a) elaborar, com os dados colhidos em Plenário, ata resumida das Sessões da Assembleia;

b) executar o correspondente trabalho datilográfico;

c) manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, elaborando mensalmente síntese do controle da frequência às Sessões Plenárias;

d) elaborar relatório mensal sobre a frequência às Sessões Plenárias, dos Deputados, para ser encaminhado ao Senhor Primeiro Secretário;

e) fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados e à Diretoria de Pessoal, informações relativas à frequência às Sessões Plenárias;

f) proceder a revisão dos discursos, documentos e restantes da matéria destinada ao Diário da Assembleia;

g) organizar, com as traduções taquigráficas, os documentos e demais elementos fornecidos pela Coordenadoria de Taquigrafia, Ata integral dos trabalhos da Assembleia;

h) proceder à composição e revisão dos discursos, documentos e restante da matéria para confecção do Diário da Assembleia;

i) ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados à inserção no Diário da Assembleia;

j) registrar, na publicação, a observação, quando for o caso, de que o discurso foi revisado pelo orador, ou de que, a matéria lida em Plenário não foi encaminhada ao Setor de Redação de Debates.

Parágrafo único - O cargo de Diretor Legislativo é privativo de funcionário efetivo e estável do quadro de pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, com nível superior e experiência na área Legislativa.

## SEÇÃO VI

### DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO

Art. 12 - À Diretoria de Assistência ao Plenário compete o atendimento e assistência à Mesa e ao Plenário, com as atribuições e segur descritas:

a) prestar a assistência necessária ao bom funcionamento das Sessões Plenárias, assessorando regimentalmente à Mesa e aos Senhores Deputados nas suas funções legislativas de Plenário;

b) supervisionar as Coordenadorias da Diretoria de Assistência ao Plenário, através de cronogramas, relatórios e reuniões periódicas, cabendo àquelas:

I - Pela Coordenadoria de Apoio à Mesa:

a) assessorar à Mesa nos assuntos referentes aos trabalhos das Sessões Plenárias;

b) receber e fazer registrar os papéis e processos remetidos à Mesa, para a consideração do Plenário;

c) proceder a instrução prévia das proposições apresentadas à consideração da Assembleia;

d) submeter à Mesa a matéria a ser despachada ou a ser discutida e votada, dando-lhes o devido encaminhamento;

e) fornecer material e documentos solicitados pela Mesa, Deputados ou funcionários, no decorrer das Sessões da Assembleia;

f) anotar, sob a orientação do Senhor Primeiro Secretário, a frequência dos Senhores Deputados às Sessões Plenárias.

II - Pela Coordenadoria de Apoio ao Plenário:

a) prestar assistência e colaboração aos Senhores Deputados e Lideranças, quando solicitada, no processo legislativo e demais atividades, para o bom funcionamento dos trabalhos nas Sessões Plenárias;

b) manter os serviços de som em geral da Assembleia, executar os serviços de gravação sonora dos trabalhos das Sessões Plenárias e das Comissões;

c) auxiliar e dar assistência nas transmissões externas da Televisão e Rádio;

d) datilografar requerimentos e outros papéis, solicitados pelos Senhores Deputados e Membros da Mesa, com a finalidade de instruir ou dispor sobre matéria constante da Ordem do Dia, e durante o transcurso das Sessões Plenárias;

e) executar, nas Sessões e Reuniões, serviços auxiliares de copa e cozinha;

f) providenciar o transporte de papéis e processos, quando solicitados, e o encaminhamento das partes aos Senhores Deputados, através da Portaria do Plenário.

III - Pela Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia:

a) organizar, segundo as decisões do Presidente, a Ordem do Dia das Sessões da Assembleia;



- b) supervisionar a execução dos serviços inerentes à Ordem do Dia e Autografia;
- c) preparar os autos e a pauta, da Ordem do Dia, sob orientação do Coordenador;
- d) executar o respectivo serviço datilográfico;
- e) conferir a publicação da Ordem do Dia;
- f) preparar as autografias dos Projetos de Lei, Resoluções e Proposições aprovadas, encaminhando-as à Comissão Executiva para assinatura e dando ciência à Diretoria Legislativa da data de sua expedição;
- g) manter, em arquivo, cópias autênticas das autografias elaboradas, com a respectiva data de expedição;
- h) receber e expedir as "Guias de Trânsito de Processos e Papéis";
- i) elaborar, datilografar e encaminhar a correspondência e
- j) arquivar e manter em ordem as cópias da correspondência e do expediente;
- k) elaborar o fichário das matérias na Coordenadoria, mantendo-o atualizado com anotações de toda a tramitação, até a fase final;
- m) prestar assistência ao Plenário e à Casa, fornecendo as informações solicitadas no decorrer das Sessões Plenárias, bem como aquelas que lhes forem feitas pela Comissão Executiva e Gabinetes dos Senhores Deputados sobre a tramitação de Projetos.

Parágrafo único - O cargo de Diretor de Assistência ao Plenário é privativo de funcionário estável do Quadro de Pessoal da Assembleia, com formação de nível superior em Direito e experiência na área legislativa.

#### SEÇÃO VII

##### DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 13 - À Diretoria Administrativa compete:

- I - Através da Coordenadoria de Serviços Administrativos Especiais:
  - a) prestar os serviços necessários ao perfeito funcionamento dos órgãos da Assembleia supervisionando e orientando os Serviços Gerais, Telefonia, Portaria, Conservação e Reparação de Móveis e Máquinas, Copa e Cozinha, Manutenção Elétrica, Limpeza e Conservação;
  - b) contratar, quando necessário, e devidamente autorizada, serviços e obras de valor inferior ao estipulado para licitações, fiscalizando e registrando a execução dos contratos;
  - c) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços de conservação e limpeza dos edifícios e respectivas instalações da Assembleia;
  - d) providenciar o hasteamento e arriamento das Bandeiras Nacional e Estadual;
  - e) prover a conservação e limpeza dos edifícios e respectivas instalações;
  - f) prover a limpeza dos imóveis e utensílios;
  - g) manter os serviços zelando pelo azeite e higiene dos utensílios e instalações;
  - h) executar os serviços de distribuição de café, mate, refrigerantes e refeições a Deputados e funcionários;
  - i) abrir e fechar os edifícios e suas dependências, conforme as necessidades de serviço e determinações da Coordenadoria;
  - j) receber as pessoas que procurarem Deputados e funcionários ou que desejarem ter acesso a qualquer dependência da Assembleia;
  - k) receber e distribuir a correspondência de Deputados e funcionários;
  - l) receber e distribuir os Diários Oficiais e Jornais informativos;
  - m) prover e promover a execução dos serviços telefônicos internos e externos;
  - n) receber chamadas e fazer ligações, anotando recados e transmitindo-os com presteza aos destinatários;

- q) controlar as contas telefônicas do Poder Legislativo, certificando ou fazer certificar, segundo as diretrizes traçadas pela Administração;
- r) efetuar os consertos necessários;
- s) fiscalizar o uso dos móveis da Assembleia objetivando melhor aproveitamento;
- t) zelar pela conservação das máquinas e equipamentos da Assembleia;
- u) promover as operações de manutenção, reparos e consertos necessários;
- v) operar, zelar pela conservação, fazer revisões periódicas e manter em perfeito funcionamento o sistema de ar condicionado do Plenário;
- x) efetuar serviços de carpintaria necessária com seus próprios meios ou contratando serviços de terceiros após autorização da Coordenadoria; e,
- z) manter em perfeito funcionamento todas as instalações elétricas com seus equipamentos e efetuar revisões periódicas das instalações.

#### II - Através da Coordenadoria de Patrimônio e Material:

- a) manter estreito relacionamento com o Diretor Administrativo no que concerne à supervisão das atividades do Departamento;
- b) prestar assessoramento ao Diretor e coordenar as atividades dos órgãos componentes do Departamento segundo a orientação fixada pelo Diretor;
- c) efetuar periodicamente a atualização dos valores patrimoniais da Assembleia Legislativa;
- d) registrar os contratos de prestação de serviços de terceiros com a Assembleia, em livro próprio;
- e) observar os vencimentos dos contratos e comunicar, com antecedência de 60 (sessenta) dias o vencimento;
- f) organizar e manter atualizado o cadastro de material permanente, dando baixa dos equipamentos, máquinas e móveis inservíveis, segundo orientação do Diretor e após procedimento aprovado pela Secretaria do Conselho Superior de Administração;
- g) classificar e registrar os bens patrimoniais da Assembleia, mantendo fichário próprio em que se anotar a inscrição própria e o destino dos bens;
- h) receber, conferir, registrar e armazenar o material adquirido pela Assembleia;
- i) efetuar a distribuição do material de consumo e permanente adquirido após devidamente requisitado;
- j) manter sistemas de controle do estoque, estabelecendo, através de mapas demonstrativos, máximos e mínimos; e
- k) solicitar em tempo hábil à Coordenadoria de Suprimentos a compra de material fornecendo-lhe as respectivas especificações.

#### III - Através da Coordenadoria de Protocolo:

- a) organizar fichário de controle de expedição e retorno de papéis, bem como, processos e proposições;
- b) movimentar os valores necessários à agilização dos serviços, prestando contas ao Departamento Financeiro;
- c) manter o serviço de rotina para recolhimento e distribuição de papéis em trânsito;
- d) receber, numerar e registrar a correspondência ou os processos encaminhados à Assembleia, dando-lhes a devida tramitação;
- e) informar as partes interessadas, quando solicitado, sobre a tramitação e localização dos papéis e processos;
- f) controlar, mediante guias de trânsito e fichário próprio, a tramitação e localização de papéis e processos já protocolados;

#### IV - Através da Coordenadoria de Expediente e Arquivo:

- a) receber e verificar as proposições, processos, papéis e livros de registro colecionando e arquivando-os em local apropriado;



- b) organizar coleções de cada exemplar dos impressos da Ordem do Dia, Diário Oficial e Diário da Assembleia;
- c) atender pedidos de desarquivamento, bem como de devolução de documentos arquivados, mediante autorização expressa da autoridade competente;
- d) fornecer informações contidas em documentos sob sua guarda, encaminhando-as, quando solicitadas, ao Conselho Superior de Administração, para expedição de Certidões;
- e) proceder pesquisa, organizar e plastificar todos os elementos informativos sobre acontecimentos e episódios relativos à vida do Poder Legislativo Estadual;
- f) proceder levantamento de todas as atividades da Assembleia e dos Deputados, referentes a discursos proferidos, proposições apresentadas, sessões realizadas e reuniões de comissões;
- g) organizar e sinopsar de Resoluções, Leis, Atas, Decretos Legislativos, Portarias e demais atos administrativos;
- h) reproduzir todas as cópias de documentos que forem submetidas pelos gabinetes mediante controle;
- i) manter atualizado sistema de Cartões demonstrativos, sobre o uso das máquinas copiadoras pelos gabinetes;
- j) plastificar documentos, se necessário, após autorização da Coordenadoria, pelo Setor de Correspondência;
- k) elaborar a correspondência oficial da Secretaria, encaminhando-a a quem couber para assinatura;
- l) arquivar, em fichário próprio, por assunto e destino, cópias da referida correspondência;
- m) organizar o expediente das sessões da Assembleia sob fórmula de súmula;
- n) providenciar o arquivamento da matéria cujo processo e tramitação se encerre com a expedição de correspondência oficial;
- o) manter, sob forma de plantão, datilógrafos para atendimento em eventos realizados na Assembleia Legislativa.

V - Através da Coordenadoria de Manutenção e Transportes:

- a) coordenar, supervisionar e zelar pela conservação de máquinas e equipamentos da Assembleia Legislativa, providenciando os reparos e consertos com seus próprios recursos, ou, se necessário, mediante prévia autorização da Diretoria Administrativa, solicitar serviços de empresas especializadas, sob rigorosa fiscalização, registrando em relatório mensal, manutenção, reparos e consertos efetuados;
- b) proceder serviços de manutenção e reparos de veículos da Assembleia, tanto de natureza mecânica, quanto de lataria e eleticidade, sempre que determinado pela Coordenadoria;
- c) manter um serviço de Almoxarifado próprio, com fichários de controle, em que se conservam peças e acessórios para eventuais substituições e onde serão recolhidas as peças e acessórios substituídos, para futura destinação;
- d) guardar, conservar e operar os veículos da Assembleia;
- e) fiscalizar o consumo de pneus, quilometragem, combustível, peças e diárias de motoristas quando em viagem;
- f) proceder o emplacamento dos veículos oficiais da Assembleia, junto ao DETRAN, bem como renovar seguros, controlar carteiras profissionais de motoristas e verificar danos materiais em veículos;
- g) proceder o registro de carros oficiais de propriedade da Assembleia; e,
- h) proceder ao transporte de pessoas competentes autorizadas a viajar.

Parágrafo único - O cargo de Diretor Administrativo é privativo de funcionário efetivo e estável do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, portador de nível superior e com experiência na área administrativa.

#### SEÇÃO VIII DA DIRETORIA DE SERVIÇOS ESPECIAIS

Art. 14 - A Diretoria de Serviços Especiais compete a realização de coberturas jornalísticas das atividades do Poder Legislativo; atendimento à Mesa na Relações Públicas e Cerimonial; promoções de eventos especiais; prestação de segurança patrimonial e especial; efetivação de serviços gráficos e processamento de dados.

I - A Coordenadoria de Divulgação compete a elaboração de material de cunho jornalístico a ser fornecido aos órgãos de divulgação e prestar assessoramento técnico ao Diretor de Serviços Especiais, de acordo com suas solicitações e necessidades de serviços e especificamente:

- a) elaborar o material para divulgação nos jornais, distribuindo-os aos seus representantes credenciados na Casa e enviando-o, via telex ao Correio, à imprensa no interior do Estado;
- b) distribuir, diariamente às emissoras de Rádio e TV, resenha dos trabalhos de plenário e das Comissões;
- c) preparar, através de fita magnética, o noticiário do dia, a fim de distribuí-lo às emissoras do interior, através de telefone;
- d) fotografar e filmar os principais acontecimentos noticiáveis do Poder Legislativo;
- e) providenciar toda a cobertura cinefotográfica dos acontecimentos noticiáveis;
- f) revelar e posicionar os filmes e fotos que acompanham as matérias noticiosas da Coordenadoria de Divulgação;
- g) atender, por ordem do Diretor, as solicitações de outras Coordenadorias do Departamento;
- h) remeter via Telex toda a matéria de interesse dos veículos de divulgação;
- i) manter contato permanente com as centrais de Telex da Câmara e do Senado Federal, registrando as matérias remetidas e entregando ao Setor competente.

II - A Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas compete assessorar e representar a Comissão Executiva e os Deputados em cerimônias de luto e gala; determinar a precedência de autoridades de acordo com o Decreto Federal n.º 70.274, de 09 de março de 1972, e Decreto n.º 83.186, de 19 de fevereiro de 1979 e, coordenar a verba de representação e suas sub-consignações, atribuídas ao setor, mediante ordem do Diretor e de acordo com as normas estabelecidas e especificamente:

- a) coordenar a realização de Sessões Solenes, comemorações de luto e gala, coquetéis, congressos, simpósios, fóruns e outros eventos solicitados pela dita Comissão Executiva;
- b) escolhecer e acompanhar altas autoridades;
- c) coordenar estudos e a confecção de convites e diplomas expedidos pelo Poder Legislativo;
- d) coordenar visitas de missões estrangeiras;
- e) coordenar a hospedagem e transportes de altas autoridades quando convidados por este Poder;
- f) manter atualizado fichário com dados gerais dos Senhores Deputados, autoridades federais e estaduais;
- g) estabelecer contato permanente com órgãos do Estado e do País, para maior entrosamento do Poder Legislativo;
- h) expedir correspondência às altas autoridades de acordo com solicitação do Excelentíssimo Senhor Presidente;
- i) marcar audiência e acompanhar as visitas neste Poder e fora dele quando determinado;
- j) assessorar e manter atualização fichário dos representantes da UPI;
- k) expedir memorandum aos Senhores Deputados quando da realização de visitas e reuniões;
- l) assessorar missões estrangeiras quando em visita a este Poder, utilizando funcionários políglotas da coordenadoria para melhor atendimento;
- m) traduzir e utilizar textos estrangeiros de interesse deste Poder, com a colaboração dos funcionários especializados do setor;



o) coordenar e fazer cumprir de acordo com normas estabelecidas os serviços afetos a copa, no atendimento a Deputados e autoridades;

p) coordenar os serviços afetos aos garçons em coquetéis, almoços, jantares e reuniões;

q) manter intercâmbio com o "SENAC" para especialização da mão-de-obra afeta ao setor.

III - A Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais compete a aplicação de conhecimento na realização de estudos destinados a interpretar e canalizar as demandas políticas da sociedade, de modo a aumentar as oportunidades de intervenção institucional e conseqüente valorização do Poder Legislativo, planejando, promovendo e organizando fóruns de debates, seminários, audiências públicas, conferências e outras promoções especiais e especificamente:

a) elaborar e aplicar projetos de pesquisas de opinião visando a obtenção de dados primários sobre assuntos de natureza conjuntural ou estrutural, de interesse do Poder Legislativo, proceder a sua tabulação conforme metodologia, aceitar, desenvolver a análise e produzir os relatórios correspondentes;

b) recolher dados secundários obtidos em outras fontes internas ou externas à Assembleia Legislativa, proceder à análise e oferecer relatório conclusivo para usuários da Assembleia, como Deputados, Comissões, Lideranças, Mesa ou órgão da Secretaria;

c) manter intercâmbio com órgãos similares para fins de troca de informações, desde que autorizado pela Diretoria, com objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos disponíveis;

d) assistir e assessorar, no âmbito de suas atribuições, sempre que solicitado, a Mesa da Assembleia, as Lideranças Partidárias, as Comissões Técnicas e os Deputados, na preparação de documentos, para conhecimento da realidade ou apoio à tomada de decisões;

e) produzir, devidamente autorizado pela Diretoria, documentos técnicos ou científicos sobre a realidade social, cultural, econômica e política, de interesse para a função parlamentar;

f) manter intercâmbio com outras instituições similares e, quando autorizado pela Diretoria, valer-se do concurso de especialistas ou instituições universitárias sob a forma de convênios ou contratos;

g) divulgar com periodicidade as informações e estudos coletados ou disponíveis, para fins de apoio às funções da Assembleia Legislativa;

h) participar ou acompanhar eventos técnicos de interesse para a atividade parlamentar, no Estado ou fora dele, quando devidamente autorizado pela Diretoria;

i) redigir pronunciamentos, relatórios e outros textos, sobre matéria de sua especialidade, quando solicitado pela Mesa, Lideranças, Comissões ou Deputados;

j) executar, com apoio dos demais órgãos da Diretoria, promoções de natureza especial que visem a exposição de fatos, a apresentação de reivindicações com o Poder Legislativo Estadual;

k) participar ou acompanhar, sempre que autorizado, eventos realizados por Legislativos de outros Estados ou instituições de natureza similar, quando autorizado pela Diretoria;

l) apoiar quando autorizado pela Diretoria, a articulação da Assembleia Legislativa com a União Parlamentar Interestadual, mediante o fornecimento oportuno de subsídios técnicos e suporte à participação dos Deputados nas iniciativas promovidas por aquela entidade;

m) organizar equipes de trabalho formadas por um Executor de Eventos e Promoções, para a execução das providências necessárias a cada promoção;

n) articular a participação de Deputados, conferencistas e outros interessados, nas promoções especiais realizadas pela As-

sembleia Legislativa;

o) executar as tarefas de apoio administrativo necessário ao funcionamento da Coordenadoria, tais como suprimento e movimentação de pessoal, controle patrimonial e articulação com os demais órgãos da estrutura da Secretaria da Assembleia;

p) manter e operar equipamentos de apoio audiovisual que permite maximizar o rendimento das atividades promovidas;

q) supervisionar o arquivamento e recuperação das informações internas da Coordenadoria, resultantes de pesquisas, análises, estudos e conclusões de fóruns de debates e outros documentos produzidos durante eventos especiais realizados na Assembleia Legislativa;

r) executar as tarefas de preparação de correspondência para convites, remessa de ofícios e similares da área;

s) promover a coleta, seleção, guarda e difusão de documentos produzidos durante as promoções especiais da Assembleia Legislativa;

t) encaminhar documentos produzidos nos eventos, para a área de Comunicação Social da Assembleia, ou para outros destinatários dentro da Assembleia, como órgão da Secretaria, Mesa, Liderança, comissões ou Deputados;

u) produzir a preparação, revisão técnica e, quando for o caso, a redação final de documentos produzidos durante as promoções especiais;

v) realizar a editoração dos documentos que devam ser publicados, conforme orientação superior;

w) promover a edição de Boletins de Informações da Assembleia, publicações de interesse da Mesa, dos Deputados ou da Direção Geral, utilizando os recursos da estrutura da Assembleia;

x) promover a difusão de publicações executivas, mediante expedição própria ou através de órgãos da Assembleia;

y) manter sob estoques e distribuir quando oportuno exemplares de publicações feitas sob sua responsabilidade ou confiança à sua guarda.

IV - A Coordenadoria proporá através do Diretor ao Conselho Superior de Administração a criação de setor de estágios supervisionados com a seguinte competência:

a) planejar, organizar e coordenar, autorizado pela Mesa e em conjunto com os órgãos interessados da Assembleia e execução de programas de estágios supervisionados para estudantes universitários;

b) promover convênios com instituições universitárias da Capital e do Interior, para o fortalecimento dos estágios;

c) realizar o acompanhamento do desempenho de estudantes estagiários nos programas de estágios de informações destinados a apresentar a estudantes, em caráter geral informações sobre o funcionamento do Poder Legislativo;

d) supervisionar a execução de estágios de complementação acadêmica, destinados a proporcionar oportunidades de treinamento de médio prazo, para estudantes universitários nas diversas áreas da Secretaria da Assembleia Legislativa;

e) supervisionar aproveitamento acadêmico de estudantes universitários selecionados para realizar estágios na área de pesquisa e análise;

f) articular os demais setores interessados para a execução dos programas de estágio aprovados pela Comissão Executiva;

g) fornecer ao setor próprio da Diretoria de Pessoal, os registros de avaliação de desempenho de estagiários.

V - A Coordenadoria de Processamento de Dados compete a elaboração de sistema para aplicação em processamento eletrônico de dados, bem como a criação e manutenção de um banco de dados que atenda as necessidades do Poder Legislativo:

a) realizar a programação, com execução de novas aplicações em P.D.;

b) realizar o processamento das folhas de pagamento, controle de tempo de serviço dos funcionários dentro das diversas

categorias para a Diretoria de Pessoal, orçamento financeiro, contabilidade e controle de almoxarifado, bem como outras aplicações;

c) realizar as operações com os bancos de dados disponíveis neste Poder, como o PRODASEN - Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal e DEB/SIE - Departamento Estadual de Estatística, Sistema e Informação Estadual, servindo de intermediário entre os referidos bancos de dados e os usuários.

VI - A Coordenadoria de Segurança compete a execução da vigilância dos prédios e pela segurança interna da Assembleia protegendo os bens móveis, instalações e materiais de serviço; pela segurança física dos parlamentares, funcionários, autoridades e visitantes, auxiliando na realização de perícias e sindicâncias.

VII - A Coordenadoria da Gráfica compete a coordenação e supervisão das matérias destinadas à impressão do Diário da Assembleia, Avulsos e Ordem do Dia e demais publicações devidamente autorizadas pela Diretoria de Serviços Especiais ou pela Mesa da Assembleia, e na ausência dos mesmos, pelo coordenador, especificamente:

a) diagramar e pagar os "Diários e Anais da Assembleia";  
b) diagramar e pagar a pedido dos Senhores Deputados, resumos de suas gestões, discursos, folhetos, papéis de expediente, etc.;

c) orientar a composição gráfica em maquinário próprio do Diário e Anais da Assembleia, de papéis de expediente desta Casa e material dos Senhores Deputados;

d) realizar a arte final de toda a matéria enviada para a divisão de Arte e Fotolito;

e) manter em arquivo todos os originais fornecidos para a composição gráfica;

f) gravar os fotolitos, após diagramação dos "Diários e Anais da Assembleia", e papéis de expediente;

g) fotografar papéis de expediente, material fornecido pelos Senhores Deputados, "Diários e Anais da Assembleia" etc.;

h) proceder os retoques dos filmes negativos; e gravar as matrizes para posterior impressão, dos originais da Ordem do Dia, assim como todo material de expediente desta Casa, em matrizes eletrostáticas;

i) proceder a impressão do órgão oficial da Assembleia, dos Anais, da Ordem do Dia e impressão dos discursos, resumo de gestões, folhetos e papéis de expediente dos Senhores Deputados;

j) compor todas as matérias a serem impressas;

k) encadernar a matéria que exija esta providência;

m) proceder orçamento do material necessário para impressão de livros, pronunciamentos, folhetos, cartazes e demais impressos dos Senhores Deputados e da Administração da Casa;

n) auxiliar os Senhores Deputados, quanto a compra dos materiais necessários para seus impressos;

o) receber o material adquirido, registrando-o e conferindo-o com as notas fiscais;

p) guardar em depósito o material recebido;

q) controlar através de fichas, a saída de material para os diversos setores;

r) fornecer sempre que solicitado, o levantamento de todo o material;

s) proceder a revisão dos discursos, documentos, e demais matérias destinadas ao Diário e Anais da Assembleia;

t) ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados a inserção no Diário e Anais da Assembleia;

u) revisar os livros de pronunciamentos dos Senhores Deputados; e,

v) proceder a revisão dos resumos das matérias dos Senhores Deputados para posterior publicação.

Parágrafo único - O cargo de Diretor de Serviços Especiais é privativo de funcionário efetivo do Quadro de Pessoal, Secretário da Assembleia Legislativa, portador de nível universitário e com experiência na área abrangida pela Diretoria.

## SEÇÃO IX

### DA DIRETORIA DE PESSOAL

Art. 15 - À Diretoria de Pessoal compete:

I - Através da Assessoria Jurídica:

a) assessorar o Diretor de Departamento de Pessoal nas suas atribuições;

b) apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal;

c) organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado e do País, que por ventura venham ao encontro dos interesses das atividades do Departamento.

II - Através da Coordenadoria de Recursos Humanos:

Supervisionar as demais Coordenadorias e Assessoria Jurídica, bem como prestar assessoramento ao Diretor de Pessoal em todas as questões atinentes à diretoria.

a) elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

b) informar os processos referentes a Pessoal;

c) encaminhar para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao Pessoal;

d) encaminhar à Coordenadoria de Relações Trabalhistas, quaisquer alterações relativas à remuneração de funcionários;

e) manter em ordem as fichas individuais dos funcionários;

f) atender a pedidos de fichas pelos funcionários;

g) verificar a devolução das fichas; imediata reposição em seus devidos lugares;

h) manter as fichas funcionais na mais perfeita ordem alfabética;

i) atender a solicitação de anexação das pastas funcionais, junto aos processos que assim o exigirem;

j) promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientando-se pelas indicações do setor de Administração de Cargos e Vencimentos;

l) planejar e promover cursos, visando a formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do pessoal;

m) promover a seleção de bolsistas, para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;

n) sugerir celebração de convênios em entidades especializadas em ministração de cursos especializados; e,

o) expedir certificados de conclusão de cursos e promover registro na ficha funcional;

p) lavrar termo de posse e outros;

q) fornecer carteira de identificação funcional;

r) elaborar certidões, atestados e declarações relativas à vida funcional;

s) manter atualizada a ficha funcional;

t) fornecer dados para elaboração de documentos;

u) manter listagem de pessoal por ordem alfabética e por designação;

v) elaborar relatório quando solicitado; e,

x) fornecer dados para elaboração de documentos.

III - Através da Coordenadoria de Relações Trabalhistas:

a) elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários, fazendo-se publicar anualmente;

b) organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

c) organizar mapa de comparecimento, de férias e de licença dos funcionários;

d) prestar assistência à Comissão de Promoção;

e) manter registro de vagas nas diversas carreiras;

f) promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal;





g) organizar e manter as listas de endereços dos funcionários;

h) elaborar estatísticas da Diretoria de Pessoal;

i) calcular as folhas de pagamento;

j) providenciar para que as folhas de pagamento sejam encaminhadas em cumprimento das formalidades legais;

l) solicitar os empenhos das folhas de pagamento junto a Diretoria de Serviços Especiais;

m) registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação;

n) organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos em folhas de pagamento;

o) organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por consignação, em folha de pagamento;

p) determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto em folha de pagamento;

r) determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto na fonte nos processos de pagamento e fornecedores, conforme dispõe a legislação;

s) informar, quando solicitado, sobre os problemas relativos ao Imposto de Renda;

t) manter atualizada coletânea de leis que interesse ao setor;

u) receber os extratos do fundo de garantia (FGTS), encaminhando-os aos beneficiários.

IV - Através da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal:

a) elaborar contrato de trabalho, as carteiras de trabalho;

b) preencher e anotar fichas funcionais e informar processos;

c) elaborar e controlar férias de férias, manter listagens atualizadas de pessoal contratado por ordem alfabética e por designação;

d) orientar e recolher a documentação adequada do Pessoal Comissionado junto aos Gabinetes Parlamentares, anotar em fichas funcionais;

e) lavrar o termo de Posse, informar processos relativos a pessoal comissionado;

f) elaborar certidões, declarações e atestados relativos à vida funcional, manter listagem atualizada de pessoal comissionado, por ordem alfabética e por designação;

g) elaborar certidão, declaração e atestado;

h) elaborar relatório quando solicitado;

i) fornecer dados para elaboração de documentos;

j) manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;

k) preparar carteira de identificação dos Deputados;

m) manter atualizada ficha de Deputados, com dados fornecidos pela Diretoria Legislativa;

n) informar processos;

o) elaborar mapas deduções exercidas pelos Deputados; e,

p) fornecer certidões, declarações e atestados relativos a situação dos Deputados.

V - Através da Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico:

a) prestar Assistência Médica exclusiva aos Srs. Deputados e servidores da Assembleia, bem como aos respectivos dependentes diretos;

b) expedir laudos de inspeção médica, de conformidade com as normas do Regimento Interno, para efeito de concessão de licença para tratamento de saúde aos Deputados Estaduais;

c) realizar exames médicos e expedir atestados e laudos, nos casos e para os previstos na lei;

d) prestar assistência domiciliar nos casos de urgência médica, no caso de impedimento do transporte do paciente, desde que haja outro médico para atender o ambulatório;

e) colaborar no estudo e preparo dos pareceres, quando solicitados, sobre problemas e questões médicas que dependam da apreciação da Assembleia, ou interesse a qualquer dos órgãos da Secretaria;

f) ter direito ao uso do Serviço Odontológico somente os Senhores Deputados, funcionários e respectivos familiares;

g) ficam os Cirurgiões-Dentistas terminantemente proibidos de atender pessoas que não se enquadrem no item anterior;

h) será observado o regime de hora marcada para atendimento odontológico, com exceção dos casos, dispensar os pacientes do respectivo horário;

i) todo o paciente que faltar a hora marcada ou chegar atrasado, ficará na dependência de marcar novo horário a ser determinado pelo Cirurgião-Dentista, de acordo com as disponibilidades.

Parágrafo único - O cargo de Diretor de Pessoal é privativo de funcionário efetivo e estável do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, portador de nível superior e com experiência na área abrangida pela Diretoria.

#### SEÇÃO X DA DIRETORIA FINANCEIRA

Art. 16 - A Diretoria Financeira compete orientar e controlar a execução do Orçamento Programa, efetuar a liberação das Cotas de Despesas, bem como, acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, e se necessário, firmar os cheques documentos relativos a Diretoria.

I - Através da Tesouraria:

a) organizar e manter o fluxo de caixa da ALEP;

b) firmar, juntamente com o Primeiro Secretário, dos cheques, ordens de pagamento e demais documentos emitidos pela Tesouraria;

c) receber os recursos financeiros destinados a execução do orçamento anual;

d) manter sob controle as contas bancárias da ALEP;

e) elaborar o Boletim de Operações Diárias, enviando-o a Diretoria.

II - Através da Coordenadoria de Finanças:

a) prestar assessoramento ao diretor em todas as questões atinentes a Diretoria Financeira;

b) organizar e manter atualizada coletânea de legislação do Estado e País, que venha de encontro às necessidades da Diretoria;

c) propor medidas que visam a racionalização dos serviços da diretoria;

d) manter registro das diversas dotações orçamentárias a nível de elemento de despesas;

e) confeccionar relatórios mensais das operações;

f) examinar expedientes relativos às alterações a serem realizadas no orçamento maléfico, bem como propor a abertura de crédito adicional ou suplementar.

III - Através da Coordenadoria de Administração de Pagamentos:

a) confeccionar os cheques, ordens de pagamentos de Pessoal, Deputados e Fornecedores da ALEP;

b) confeccionar expedientes e ou avisos aos credores dos pagamentos feitos através das ordens de crédito e outros emitidos pela Tesouraria;

c) efetuar pagamento dos Subsidios, Auxílios e Ajuda de Custo aos Deputados;

d) proceder a entrega dos demonstrativos de pagamento dos funcionários;

e) encaminhar a estabelecimentos bancários as ordens de pagamentos das contas devidamente processadas;



- f) organizar e manter sob controle as contas bancárias da ALEP;
- g) manter sob controle as procurações e demais documentos necessários para os recebimentos junto a Tesouraria.
- IV - Através da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais:
- organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;
  - instruir processos relativos a novos auxílios financeiros cadastrados;
  - elaborar certidões, atestados atinentes as entidades cadastradas;
  - registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;
  - confeccionar vales de crédito aos Deputados;
  - confeccionar relatório mensal das operações;
  - confeccionar cheques e ordens de pagamento dos auxílios financeiros autorizados;
  - manter arquivado sob sua guarda os processos liquidados, para posterior prestação de contas;
  - informar os Deputados sob os processos mantidos em arquivo;
  - elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa;
  - manter controle das contas bancárias abertas, relativas às dotações pessoais dos Deputados;
  - executar os serviços administrativos da Coordenadoria;
  - efetuar os pagamentos autorizados;
  - remeter os processos pagos ao Setor de Registro;
  - escrever diariamente o Livro Caixa; e,
  - ter sob sua guarda o numerário destinado a atender os auxílios pessoais.
- Parágrafo único - O cargo de Diretor Financeiro é privativo de funcionário efetivo e estável, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa e experiência na área abrangida pela Diretoria, portador de nível superior.

#### SEÇÃO XI

##### DA DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Art. 17 - À Diretoria de Apoio Técnico compete:

- Acompanhar e controlar as licitações, realizando as compras solicitadas;
  - Propor e desenvolver sistemas de operações;
  - Registrar atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial e compensatória;
  - Executar balanços, balanços e demonstrativos;
  - Elaborar a proposta orçamentária, a partir dos elementos fornecidos pelos grupos de trabalho constituído pelo Conselho Superior de Administração;
  - Acompanhar a execução do orçamento e dos atos pertinentes a créditos adicionais, registrando os empenhos e estornos autorizados;
  - Elaborar demonstrativos mensais sobre a execução orçamentária, indicando créditos, empenhos emitidos e os saldos das dotações.
- § 1º - É competência das Coordenadorias:
- Pela Coordenadoria de Contabilidade:
    - registrar as operações contábeis da ALEP elaborando os balanços mensais e balanços anuais;
    - manter atualizado o plano de contas;
    - prestar informações relativas as operações contábeis;
    - emitir as autorizações de pagamento e manter controle dos mesmos;
    - confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;
    - confeccionar os demonstrativos de despesas da ALEP;
    - registrar os empenhos de despesas autorizadas;
    - elaborar relatórios mensais e anuais dos registros de empenhos;

- Pela Coordenadoria de Suprimentos:
    - organizar os processos de compras e as respectivas aquisições;
    - relatar e encaminhar as propostas de licitações;
    - organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores;
    - proceder o atendimento nos processos de licitações e respectivas informações;
    - controlar os empenhos por estimativa e globais emitidos para fornecimento de serviços e materiais;
    - informar e certificar os processos referentes aos empenhos por estimativas e globais.
- § 2º - O cargo de Diretor de Apoio Técnico é privativo de funcionário efetivo e estável do quadro de pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, portador de nível superior e com conhecimento na área abrangida pela Diretoria.

#### CAPÍTULO III

##### DOS GABINETES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 18 - Contarão com Gabinetes, para os serviços de expediente privativo e representação, os seguintes órgãos:

- Presidência;
- Vice-Presidência;
- Secretarias;
- Diretoria Geral;
- Diretorias;
- Lideranças;
- Gabinetes Parlamentares;
- Conselho Superior de Administração.

§ 1º - Os Gabinetes serão integrados por funcionários indicados pelos respectivos titulares e designados pela Comissão Executiva.

§ 2º - Os Gabinetes terão a seguinte composição:

- Gabinete da Presidência:
  - Um chefe;
  - Um assistente;
  - Quatro assessores;
  - Três oficiais;
  - Três motoristas;
  - Três auxiliares;
  - Um técnico senior (C.L.T. - D.L. nº 481/83);
  - Um motorista (C.L.T. - D.L. nº 09/82);
  - Um datilógrafo (C.L.T. - D.L. nº 09/83).
- Gabinete da 1ª Secretaria:
  - Um chefe;
  - Um assistente;
  - Quatro assessores;
  - Três oficiais;
  - Três auxiliares;
  - Três motoristas;
  - Um técnico senior (C.L.T. - D.L. nº 481/83);
  - Um motorista (C.L.T. - D.L. nº 09/83);
  - Um datilógrafo (C.L.T. - D.L. nº 09/83).
- Gabinetes da 1ª e 2ª Vice-Presidência:
  - Um chefe;
  - Dois auxiliares;
  - Um motorista.
- Gabinete da 2ª Secretaria:
  - Um chefe;
  - Quatro assessores;
  - Dois oficiais;
  - Dois auxiliares;
  - Um técnico senior (C.L.T. - D.L. nº 481/83);
  - Um motorista (C.L.T. - D.L. nº 09/83);
  - Um datilógrafo (C.L.T. - D.L. nº 09/83);
  - Dois motoristas.



## V - Gabinetes da 3ª e 4ª Secretaria:

Um chefe;  
Dois auxiliares;  
Um motorista.

## VI - Gabinete da Diretoria Geral:

Um chefe - DAS-4;  
Dois oficiais;  
Um auxiliar;  
Um motorista;  
Dois assessores;  
Um assistente.

## VII - Gabinete da Diretoria da Procuradoria:

Dois auxiliares.

## VIII - Gabinete da Diretoria Legislativa:

Dois assessores;  
Dois auxiliares;  
Dois assistentes.

## IX - Gabinete da Diretoria Administrativa:

Um assessor;  
Dois auxiliares.

## X - Gabinete da Diretoria Financeira:

Dois auxiliares.

## XI - Gabinete da Diretoria de Pessoal:

Dois auxiliares.

## XII - Gabinete da Diretoria de Serviços Especiais:

Três assessores;  
Um auxiliar.

## XIII - Gabinete da Diretoria de Assistência ao Plenário:

Dois auxiliares.

## XIV - Gabinete da Diretoria de Apoio Técnico:

Dois auxiliares.

## XV - Gabinetes das Lideranças:

Dois motoristas;  
Um Consultor Legislativo (efetivo);  
Um chefe de Gabinete (C.L.T.);  
Dois assessores (C.L.T.);  
Três jornalistas (C.L.T.);  
Dois datilógrafos (C.L.T.).

## XVI - Gabinetes Parlamentares:

Um DAS-5;  
Um 3-C;  
Um 6-C;  
Um C.L.T. (Resolução 71/80 - Datilógrafo);  
Dois C.L.T. (Decreto Legislativo 482/83 - Aux. Serv. Externos).

## XVII - Gabinete do Conselho Superior de Administração:

Dois auxiliares.

## Art. 19 - Aos Gabinetes compete:

I - Desempenhar atividades de coordenação, assistência e representação;

II - Estabelecer contatos com os demais órgãos da Assembleia, com os demais poderes e com outras entidades;

III - Recepcionar autoridades;

IV - Atender as partes e fazer a triagem dos assuntos que devam ser submetidos ao titular do Gabinete;

V - Receber solicitações; examiná-las e dar a solução que coube, encaminhando-as, se for o caso, a outros órgãos ou entidades;

dados;

VI - Controlar o andamento dos assuntos na Assembleia ou junto a outros órgãos ou entidades a que tenham sido encaminhadas;

VII - Emitir parecer sobre assuntos que lhes forem submetidos pelo titular do Gabinete;

VIII - Fazer estudos e coletar elementos a serem utilizados pelo titular do Gabinete;

IX - Colaborar com o titular do gabinete na formalização de seus pronunciamentos, consolidando-os ou dando-lhes redação final;

X - Executar trabalhos de datilografia;

XI - Organizar e manter atualizados os arquivos e fichários de controle de assuntos, correspondência e endereços;

XII - Efetuar a redação, expedição e controle da correspondência privativa;

XIII - Divulgar as atividades desenvolvidas pelo órgão;

XIV - Fazer os registros relativos a audiências e solenidades.

Art. 20 - Os Gabinetes Parlamentares serão constituídos por, no máximo, seis servidores.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - São mantidas todas as disposições do Decreto Legislativo nº 187/80, que não colidam com as disposições deste Decreto e que não tenham por Lei, sido expressamente revogadas.

Art. 22 - Fica assegurado ao funcionário não portador de nível superior que se encontre no exercício de função privativa de portadores de nível superior de ocupar funções equivalentes.

Art. 23 - O Conselho Superior de Administração, atendendo as necessidades das Diretorias e Coordenadorias criará setores, em número máximo de 80 (oitenta), fixando-lhes as atribuições, tendo em conta as propostas emanadas das diretorias às quais se subordinarão.

Art. 24 - Os funcionários designados para chefiar os setores das coordenadorias, perceberão, além de seus vencimentos e demais vantagens, gratificação de função símbolo I-F e verba de representação R-4, por decreto legislativo.

Art. 25 - Enquanto permanecerem no exercício efetivo da presidência, tesouraria e secretaria da CABENPALE, os funcionários ficarão dispensados do expediente, sem prejuízo de suas vantagens e direitos.

Art. 26 - A vigência deste Decreto retroage a 1º de janeiro de 1984, ressalvadas e ratificadas possíveis deliberações já consolidadas.

Curitiba, 27 de março de 1984.

(ss) TRAJANO BASTOS  
Presidente

GERNOTE KIRINUS  
1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN  
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2014**

Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2014

Autores: Comissão Executiva

Súmula: Alteração do Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa.

**EMENTA: DECRETO LEGISLATIVO. ALTERAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 52/84. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ARTIGOS 117, 121 E 124 DO REGIMENTO INTERNO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão Executiva, visa a alteração do Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que a Assembleia Legislativa detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

**Art. 117** Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

**Art. 121** A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

Sendo assim, a única forma de alterar um Decreto Legislativo que versa sobre a organização administrativa da Assembleia é da forma apresentada, eis que a inclui-se no disposto no Artigo 54, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, conforme se observa:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:**

- I - eleger a Mesa e constituir as Comissões;
- II - elaborar o Regimento Interno;
- III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ainda, a presente medida visa implantar a Controladoria Geral na Assembleia Legislativa, atendendo às recomendações do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que reputam necessária a existência desse setor nesta Casa de Leis, a fim de aprovação de contas sem ressalvas.

Vislumbra-se, portanto, que a Assembleia Legislativa detém a competência necessária para propor o Projeto de Decreto Legislativo em tela.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de novembro de 2014.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente  
  
**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
Relator

 Dep. Tadeu  
 Dep. Felix  
 Dep. Duplón  
 Dep. Bator  
**APROVADO**  
02/11/14



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/14**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão Executiva, que altera o Decreto Legislativo nº 52, de 21 de maio de 1984, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Luiz Claudio Romanelli, exarou o parecer favorável, devidamente aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Constata-se ainda que, a presente proposta de criação da Controladoria interna na Assembleia é decorrente de recomendação do Ministério Público e do Tribunal de Contas e objetiva criar mecanismos de fiscalização e acompanhamento da atividade administrativa.

De igual modo, o art. 54, inciso III da Constituição Estadual do Paraná, dispõe sobre a competência da Assembleia Legislativa em tratar de assuntos dessa natureza. Ainda na mesma esteira o art. 65 do mesmo Diploma legal, assegura tal iniciativa a Assembleia Legislativa.

**CONCLUSÃO**

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17/14.

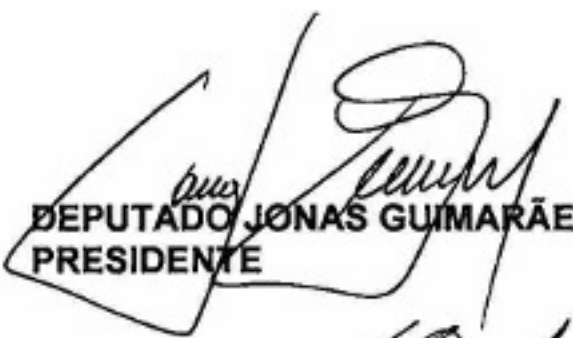



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças


DIRETORIA LEGISLATIVA  
248


É o parecer.


Sala das Comissões, 03/12/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EMÍLIO VERRINI  
RELATOR

  
DEPUTADO WILSON

  
DEPUTADO ELÓI

  
DEPUTADO WALDYR